

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE – FEAC
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ERALDO HENRIQUE DE SOUZA AMARAL

**BREVE COMPARATIVO DO SISTEMA ECONÔMICO E DE INDICADORES DE
SAÚDE E EDUCAÇÃO ENTRE BRASIL E CUBA**

MACEIÓ-AL

2024

ERALDO HENRIQUE DE SOUZA AMARAL

**BREVE COMPARATIVO DO SISTEMA ECONÔMICO E DE INDICADORES DE
SAÚDE E EDUCAÇÃO ENTRE BRASIL E CUBA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade de Economia, Administração e
Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas,
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Profº. Dr. Cid Olival Feitosa.

MACEIÓ-AL
2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Valter dos Santos Andrade – CRB-1251

A485b Amaral, Eraldo Henrique de Souza.

Breve comparativo do sistema econômico e de indicadores de saúde e educação entre Brasil e Cuba / Eraldo Henrique de Souza Amaral, Maceió – 2024.

92 f. : il.

Orientador: Cid Olival Feitosa.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Economia) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 85-92.

1. Sistemas Econômicos - Brasil. 2. Sistemas Econômicos – Cuba.
3. Economia comparada. 3. Indicadores de saúde. 4. Indicador educacional.
5. Qualidade de vida. I. Título.

CDU: 330.342 (81+729.1)

FOLHA DE APROVAÇÃO

ERALDO HENRIQUE DE SOUZA AMARAL

BREVE COMPARATIVO DO SISTEMA ECONÔMICO E DE INDICADORES DE SAÚDE E EDUCAÇÃO ENTRE BRASIL E CUBA

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido à banca examinadora do curso
de Ciências Econômicas da Universidade
Federal de Alagoas e aprovado em 06 de
dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Orientador - Prof. Dr. Cid Olival Feitosa
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Orientador

Prof. Dr. Cícero Péricles de Oliveira Carvalho
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Examinador

Prof. Dr. Márcio Jorge Porangaba Costa
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Examinador

AGRADECIMENTOS

Nesta sociedade onde muitas definições e valores nos foi dada antes mesmo do nascimento, não são muitas as possibilidades de mudança que dispomos. Considero que uma das mudanças mais difíceis de se conseguir é aquela que nos modifica. Sabendo disso, todos os dias me desfaço e refaço, tentando melhorar os aspectos que me fazem ser quem sou, e, nessa jornada de mudanças, foram diversos os motivos que me modificaram para que fosse construída em mim vontade de viajar 300km para morar na capital de meu Estado e entrar no curso de Ciências Econômicas, um dos motivos foi justamente a possibilidade que o conhecimento adquirido nessa área pode proporcionar, pois o saber extraído nesse percurso pode me dar as ferramentas necessárias para mudar algo maior.

Entretanto, não considero trivial conseguir se formar em uma Universidade tendo em vistas as condições de mundo em que vivemos hoje. Os problemas encarados são diversos e vão desde o mais simples até o mais complexo, permeando em todas as áreas da vida. Se manter são diante de tudo o que nos cerca é uma tarefa árdua (como foi para mim), onde muitas vezes nos encontramos sozinhos.

Mas ao longo do caminho tive o privilégio de encontrar valorosos colegas de curso e professores aos quais serei sempre grato pela troca de conhecimento e experiência, em especial a meu orientador que tornou possível a finalização deste trabalho.

Agradeço aos amigos que fiz durante o curso, que me deram força em muitos momentos e que pretendo levar a amizade deles para o resto da vida. Agradeço à minha família, que mesmo distante, sempre me deu apoio. Agradeço aos amigos que me acolheram em Maceió no momento de minha chegada. Agradeço à minha companheira que tem me dado suporte ao longo desse percurso. Agradeço à FEAC e a UFAL, pois sem estas instituições públicas não seria possível obter esta graduação.

*Um outro mundo não é apenas possível,
ele já está a caminho.*

Eduardo Galeano

*Que tudo aconteça a você: beleza e terror.
Apenas continue. Nenhum sentimento é
final.*

Reiner Maria Rilker

RESUMO

O estudo das dinâmicas socioeconômicas entre diferentes países é capaz de proporcionar esclarecimentos valiosos sobre os impactos das escolhas de modelos econômicos e como estes afetam a vida das populações. O presente trabalho tem como objetivo analisar comparativamente os sistemas econômicos e os indicadores relacionados a saúde e educação do Brasil e de Cuba em 1960 e 1980, buscando compreender como os sistemas econômicos e seus direcionamentos políticos impactaram os índices relacionados a expectativa de vida, saúde e educação. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa baseada na análise de indicadores sociais oriundos de fontes secundárias, como o relatório do Banco Mundial de 1983. Os resultados demonstram que Cuba, apesar de ser classificada como um país de renda média-baixa, apresentou avanços significativos em 7 dos 9 indicadores comparados, como, por exemplo, na redução da mortalidade infantil, e aumento da expectativa de vida, superando o Brasil, um país classificado como de renda média-alta. As políticas socioeconômicas implementadas em Cuba após a Revolução de 1959, como a universalização da saúde e educação, tiveram um impacto positivo na qualidade de vida da população, ao passo que o Brasil, com um sistema de saúde e educação mais excludente, apresentou progressos mais modestos. A pesquisa concluiu que os sistemas econômicos e as políticas sociais adotadas influenciam diretamente na qualidade de vida das populações.

Palavras – chave: Sistemas Econômicos, Qualidade de Vida, Saúde, Educação, Brasil, Cuba.

ABSTRACT

The study of socioeconomic dynamics between different countries can provide valuable insights into the impacts of economic model choices and how these affect people's lives. This paper aims to comparatively analyze the economic systems and health and education indicators of Brazil and Cuba in 1960 and 1980, seeking to understand how economic systems and their political orientations impacted life expectancy, health, and education indices. The research uses a qualitative approach based on the analysis of social indicators from secondary sources, such as the 1983 World Bank report, complemented by Pereira's (1989) analysis of education data in Cuba. The results show that Cuba, despite being classified as a lower-middle-income country, achieved significant progress in 7 of the 9 compared indicators, such as reducing infant mortality and increasing life expectancy, outperforming Brazil, a country classified as upper-middle-income. The socioeconomic policies implemented in Cuba after the 1959 Revolution, such as the universalization of health and education, had a positive impact on the population's quality of life, while Brazil, with a more exclusionary health and education system, showed more modest progress. The research concluded that economic systems and adopted social policies directly influence the quality of life of populations.

Key – words: Economic Systems, Quality of Life, Health, Education, Brazil, Cuba.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
METODOLOGIA.....	19
1. BASES TEÓRICAS E HISTÓRICAS: ABORDAGENS SOBRE SISTEMAS ECONÔMICOS	24
1.1. SISTEMA ECONÔMICO	24
1.2. CAPITALISMO	26
1.3. SOCIALISMO	30
1.4. CAPITALISMO E SOCIALISMO: DIFERENÇAS FUNDAMENTAIS	33
1.4.1. PROPRIEDADE DOS MEIOS DE PRODUÇÃO.....	33
1.4.2. OBJETIVOS ECONÔMICOS E SOCIAIS.....	34
1.4.3. MECANISMOS DE DISTRIBUIÇÃO	34
1.4.4. ESTRUTURA DE CLASSES.....	34
1.4.5. PAPEL DO ESTADO	35
2. BRASIL: FORMAÇÃO HISTÓRICO-ECONÔMICA ENTRE 1500 A 1980	36
2.1. A ECONOMIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA.....	36
2.1.1. ECONOMIA COLONIAL	36
2.1.2. ECONOMIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA ESCRAVISTA	37
2.2. O IMPÉRIO	39
2.3. REPÚBLICA	42
2.3.1. ECONOMIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA CAPITALISTA	42
2.4. INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES.....	44
2.4.1. INDUSTRIALIZAÇÃO RESTRINGIDA	44
2.4.2 INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA	48
3. CUBA: FORMAÇÃO HISTÓRICO-ECONÔMICA ENTRE 1500 A 1980	58
3.1. A COLÔNIA E MODELO DE EXPORTAÇÃO ESCRAVAGISTA.....	58
3.2. INDEPENDÊNCIA DA COLÔNIA E DEPENDÊNCIA EXPORTADORA	59
3.3. O NOVO COLONIZADOR E A ECONOMIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA CAPITALISTA	61
3.4. A REVOLUÇÃO E O MODELO DE ECONOMIA PLANIFICADA	65
4. ANÁLISE E RESULTADOS: UMA COMPARAÇÃO DOS PARÂMETROS RELACIONAOS A SAÚDE E EDUCAÇÃO ENTRE BRASIL E CUBA EM 1960 E 1980	71

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85

INTRODUÇÃO

Após o fim da Segunda Guerra Mundial e os desdobramentos da Guerra Fria, o mundo vivenciou um período em que diferentes modelos econômicos coexistiram mesmo dentro de uma disputa ideológica. Nesse contexto, o Brasil, sob influência capitalista, e Cuba, alinhada ao modelo socialista, emergem como exemplos opostos de sistemas econômicos. O Brasil ficou marcado como um modelo econômico baseado na industrialização e dependência externa, e Cuba priorizava a centralização econômica e políticas sociais universais no pós-revolução. O presente trabalho tem como objetivo compreender como esses sistemas econômicos influenciaram a vida de suas populações nos aspectos de saúde e educação durante os anos 1960 e 1980.

A problemática central que orienta este estudo é: em que medida os sistemas econômicos e suas escolhas políticas impactaram no maior acesso à saúde e educação no período de 1960 e 1980? Para tal, buscou-se investigar a relação entre indicadores socioeconômicos que vão além do crescimento econômico e abrangem as questões mais concretas de qualidade de vida

O objetivo geral do trabalho é analisar comparativamente os sistemas econômicos e os indicadores atrelados diretamente a qualidade de vida do Brasil e Cuba dos anos 1960 e 1980. Dentre os objetivos específicos, destacam-se: definir as bases teóricas e históricas das abordagens sobre sistemas econômicos; elucidar a respeito da formação histórico-econômica do Brasil e Cuba até o ano 1980; comparar os indicadores relacionados a educação nos anos de 1960 e 1980 e avaliar as implicações das políticas adotadas no período para a qualidade de vida das populações.

A justificativa para esta pesquisa reside na relevância em compreender como diferentes sistemas econômicos e suas escolhas sociopolíticas influenciam na qualidade de vida humana dentro do contexto histórico em que ambos países enfrentaram desafios significativos. Para além disso, a comparação proposta contribui para reflexões sobre estratégias para o desenvolvimento do bem-estar no que tange aos índices analisados, pois dado um contexto específico, é possível compreender como modelos econômicos moldam as condições de vida e quais lições podem ser extraídas para contextos similares. Metodologicamente, o trabalho será descrito adiante em maior minúcia.

A organização estrutural do trabalho buscou a priori delimitar o referencial teórico sobre sistemas econômicos, a natureza socioeconômica do capitalismo e socialismo e seus principais aspectos. O segundo e terceiro capítulos contextualizam historicamente o desenvolvimento econômico e social do Brasil e Cuba respectivamente, de forma que, a partir dessa contextualização, seja possível compreender os movimentos que levaram os países às especificidades encontradas nos índices dos anos de 1960 e 1980. O quarto capítulo analisa os indicadores de expectativa de vida, saúde e educação, trazendo um breve contexto histórico dos indicadores verificados ao passo que são reveladas as semelhanças e diferenças entre os dois países ao se comparar diretamente os dados levantados.

Nas considerações finais são destacados alguns pontos fundamentais do resultado da análise comparativa, além de algumas reflexões acerca da confirmação da indagação contida no presente trabalho e das dificuldades encontradas.

METODOLOGIA

O presente trabalho se refere a uma pesquisa de caráter qualitativo com uso de dados secundários, pois foram utilizados majoritariamente os dados publicados pelo Banco Mundial (“World Bank: World Development Report” de 1983) em seu relatório de desenvolvimento. Os dados disponibilizados pelo Banco Mundial contemplaram aproximadamente 97% da população mundial da época, abrangendo 123 países, o que permitiu compor a comparação de três aspectos que compõem o entendimento acerca do nível de qualidade de vida em seus aspectos mais concretos entre os países Brasil e Cuba, classificados respectivamente como capitalista e socialista. Além disso, foi utilizado em complemento, a análise de PEREIRA (1989) para compor os dados de Cuba referentes a educação, pois estavam indisponíveis no relatório do Banco Mundial tendo em vista os eventos que ocorriam no país caribenho à época.

Foram analisados através de uma abordagem comparativa os i) indicadores relacionados a expectativa de vida nos anos 1960 e 1981 por mil habitantes, o qual tem em sua composição: expectativa de vida ao nascer¹ e taxa de mortalidade infantil

¹ A expectativa de vida ao nascer indica o número de anos que os recém-nascidos viveriam se estivessem sujeitos aos riscos de mortalidade prevalentes no conjunto da população na época de seu nascimento. Os dados são da

(idades entre 0 a 1 ano² e 1 a 4 anos³); ii) indicadores relacionados a saúde nos anos 1960 e 1980, composto por: população por profissional da medicina, população por profissional da enfermagem⁴ e oferta diária de calorias por pessoa (total de calorias e porcentagem requerida)⁵; e iii) indicadores relacionados a educação nos anos de 1960 e 1980, onde foram verificadas: porcentagem de matriculados no ensino secundário⁶, porcentagem de matriculados no ensino superior com idade entre 20 e 24 anos⁷ e taxa de alfabetização entre adultos⁸.

Divisão de População da ONU, complementados por estimativas do Banco Mundial (tradução livre a partir do "World Bank Report" de 1983).

² A taxa de mortalidade infantil é o número de bebês que morrem antes de completar um ano de idade, por mil nascidos vivos em um determinado ano. Os dados são provenientes de diversas fontes, incluindo edições do UN Demographic Yearbook e o relatório da ONU "Infant Mortality: World Estimates and Projections, 1950-2025," publicado no Population Bulletin of the United Nations, nº 14 (1982), bem como do Banco Mundial (tradução livre a partir do "World Bank Report" de 1983).

³ A taxa de mortalidade infantil tardia é o número de mortes de crianças de 1 a 4 anos por mil crianças na mesma faixa etária em um determinado ano. As estimativas foram baseadas nos dados de mortalidade infantil e na relação entre a taxa de mortalidade infantil e a taxa de mortalidade infantil tardia implícita nas Tabelas Modelo de Vida de Coale-Demeny apropriadas; veja Ansley J. Coale e Paul Demeny, *Regional Model Life Tables and Stable Populations* (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1966). As medidas resumidas no relatório são ponderadas pela população. (tradução livre a partir do "World Bank Report" de 1983).

⁴ As estimativas de população por médico e por profissional de enfermagem foram derivadas de dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), alguns dos quais foram revisados para refletir novas informações. Elas também levam em consideração estimativas revisadas da população. Os profissionais de enfermagem incluem enfermeiros formados, práticos, assistentes e auxiliares; a inclusão de auxiliares permite uma estimativa mais precisa da disponibilidade de cuidados de enfermagem. Como as definições de pessoal de enfermagem variam e os dados apresentados correspondem a diversos anos, geralmente com uma diferença de no máximo dois anos em relação aos especificados, os dados desses dois indicadores não são estritamente comparáveis (tradução livre a partir do "World Bank Report" de 1983).

⁵ O fornecimento diário de calorias per capita foi calculado dividindo o equivalente calórico dos suprimentos alimentares em uma economia pela população. Os suprimentos alimentares incluem a produção doméstica, importações menos exportações e variações nos estoques; excluem alimentação animal, sementes para uso na agricultura e alimentos perdidos no processamento e distribuição. A necessidade diária de calorias per capita refere-se às calorias necessárias para sustentar uma pessoa em níveis normais de atividade e saúde, levando em consideração distribuições de idade e sexo, pesos corporais médios e temperaturas ambientais. Ambas as estimativas são provenientes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (tradução livre a partir do "World Bank Report" de 1983).

⁶ Os dados nesta tabela referem-se a uma variedade de anos, geralmente com uma diferença de no máximo dois anos em relação aos especificados, e são provenientes principalmente da UNESCO. Os dados sobre o número de matrículas no ensino secundário referem-se às estimativas totais de matrículas masculinas e femininas de alunos de todas as idades no ensino secundário; são expressos como percentuais das populações totais, masculinas ou femininas em idade escolar secundária, para calcular as taxas brutas de matrícula no ensino secundário. Embora a idade escolar secundária seja geralmente considerada de 12 a 17 anos, as diferenças nas práticas dos países em relação às idades e à duração da escolaridade são refletidas nas taxas apresentadas (tradução livre a partir do "World Bank Report" de 1983).

⁷ Os dados sobre o número de matrículas no ensino superior são provenientes da UNESCO (tradução livre a partir do "World Bank Report" de 1983).

⁸ A taxa de alfabetização de adultos é o percentual de pessoas com 15 anos ou mais que conseguem ler e escrever. Essas taxas são baseadas principalmente em informações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), complementadas por dados do Banco Mundial. Como esses dados normalmente são coletados em grandes pesquisas demográficas e censos, muitas vezes não estão disponíveis para o ano mais recente. Para alguns países, as estimativas referem-se a anos diferentes, mas geralmente com uma diferença de no máximo dois anos em relação aos especificados. Portanto, as séries não são comparáveis para todos os países (tradução livre a partir do "World Bank Report" de 1983).

A partir dessas variáveis foi possível dar base ao trabalho e comparar os índices a fim de obter uma resposta a respeito da problemática inicial que fora proposta na introdução deste trabalho onde buscou-se saber em que medida os sistemas econômicos e suas escolhas políticas impactaram no maior acesso à saúde e educação no período de 1960 a 1980, levando em consideração também o subjetivo humano que movimentou as realidades dos dois países analisados até a concretude que resultou nos dados finais colhidos pelo Banco Mundial dando então materialização ao questionamento, pois conforme expõe Minayo (2001), o ciclo da pesquisa qualitativa é concebido como um processo dinâmico e interativo iniciado a partir da formulação de uma pergunta e que se encerra como um produto provisório que é resultado e fomento para novas indagações. Tal ciclo é composto por espirais não lineares interdependentes que se complementam e se retroalimentam, pondo então em destaque o caráter evolutivo da pesquisa qualitativa. Não se trata de uma mera análise do subjetivo, pois, a partir de abordagem comparativa dos dados, buscou-se aumentar a força geral do estudo, superando as limitações de uma abordagem exclusivamente qualitativa ou quantitativa.

No que tange os aspectos da designação do sistema econômico de cada país, estes foram correspondidos pela classificação dada pela Organização das Nações Unidas na publicação intitulada “World Economic Survey” de 1986, a qual classificou os países levando em consideração se a economia era de mercado, que segundo Gregory e Stuart (2004) pode ser definida como um modelo econômico onde os fundamentos da oferta e demanda são pontos elucidativos a respeito da utilização de recurso; ou, economia planificada, que Krugman (2015) define como uma economia centralizada ou uma economia na qual a propriedade dos meios de produção é estatal e são conhecidas por uma notória eficiência no que diz respeito a produção. Os dados disponibilizados pelo Banco Mundial também utilizam uma classificação similar no que tange a designação do sistema econômico.

É importante reconhecer que existem países classificados como capitalistas que contém seu setor público centralmente planejado, mas há em suas sociedades a predominância da propriedade privada dos bens produção e a acumulação de capital. Da mesma forma que há alguns países classificados como socialistas que possuem em sua economia uma certa atividade orientada ao mercado sem sobrepujar

a economia planificada. Ambos os tipos de países são quase exclusivamente considerados de Renda Alta e estão localizados na Escandinávia e no Leste Europeu.

Para o estudo em tela, segundo o nível de desenvolvimento e sistema econômico, conforme definição do Banco Mundial, os países podem ser classificados em: Renda baixa, Renda média-baixa, Renda média-alta, Renda alta e Renda alta para países exportadores de petróleo.

As definições do Banco Mundial, presentes no “World Bank: World Development Report” de 1983 podem ser visualizadas na tabela 1.

Tabela 1 – Classificação dos Países com base no Nível de Desenvolvimento e Sistema Econômico

Classificação dos Países	Quantidade de países	Faixa do PNB (em dólar) - 1981	Média do PNB (em dólar) - 1981
Renda baixa			
Países Recém Revolucionados	10	70 - 870	347
Capitalistas	33	80 - 530	299
Socialistas	1	300	300
Renda média-baixa			
Capitalistas	28	540 - 1700	1080
Socialistas	4	780 - 1410	1040
Renda média-alta			
Capitalistas	20	2140 - 7700	4018
Socialistas	8	2100 - 7180	4129
Renda alta			
Capitalistas	15	9110 - 17430	12281
Renda alta - exportadores de petróleo			
Capitalistas	4	8450 - 24660	16653

Fonte: World Bank: World Development Report 1983 – Tabela elaborada pelo autor.

De acordo com a análise do Banco Mundial, o Brasil estava entre um dos países de Renda média-alta, já Cuba foi classificada como um país de Renda média-baixa.

Por meio dos índices verificados, foi possível superar algumas limitações do Produto Nacional Bruto (PNB), principalmente no que se refere à distribuição social dos benefícios e à eficácia de políticas públicas. A abordagem buscou minimizar aspectos etnocêntricos e culturais, permitindo uma comparação internacional válida das diferenças e similaridades entre os aspectos analisados. Pois, a título de exemplo, é sabido que o PNB não reflete a real medida de distribuição alimentar, logo, não é

possível objetivar quais grupos socioeconômicos estão obtendo um determinado consumo calórico, isso exemplifica uma das falhas no que tange o aspecto do uso comparativo do PNB. Tendo em vista que a distribuição alimentar é uma medida que mostra a desigualdade em uma das formas mais práticas possíveis, pela fartura ou pela fome.

1. BASES TEÓRICAS E HISTÓRICAS: ABORDAGENS SOBRE SISTEMAS ECONÔMICOS

1.1. SISTEMA ECONÔMICO

García Nossa (1945), compreende um sistema econômico como um conjunto integrado de relações de produção e formas de atendimento às necessidades sociais que são regulados por uma autoridade política, sendo assim, a partir dessa definição, se rejeita abordagens formalistas de cunho unilaterais ou estáticos limitantes da compreensão de um sistema. O autor aborda a gênese dos sistemas econômicos de maneira complexa e orgânica de forma que o objeto não pode ter sua origem atrelada a apenas um único fator isolado, mas sim à interação dinâmica de diversos elementos.

A interdependência a partir das interações dinâmicas se manifestam tanto nas relações técnicas entre sociedade e natureza, mediadas pela tecnologia disponível, quanto nas relações sociais entre os indivíduos, estruturados pelos mecanismos de produção e distribuição de riqueza. García Nossa (1945) ressalta ainda que, embora a análise histórica possa revelar, a priori, certos fatores na modelagem de um sistema (tecnologia e relações de sistema), a ênfase deve ser calcada na funcionalidade da interação entre esses elementos.

Um sistema econômico também é modificado a partir de sua dinâmica interna, pois a interdependência dos fatores sociais impulsiona tal mudança, que, segundo o autor, levam a ciclos de evolução, períodos de crise e transformações. Tais transformações nos elucidam a respeito dos movimentos de coexistência e sucessão dos sistemas econômicos, pois os sistemas econômicos não tem começo e fim de maneira bem definida, suas mudanças são acompanhadas de influências técnicas, sociais, psicológicas, políticas e geográficas. Um sistema econômico, historicamente, é uma amálgama de elementos e valores oriundos de sistemas predecessores onde novas formas e valores são gerados e se perpetuam se integrando aos subsequentes sistemas. Isso não implica dizer que as formas herdadas, tanto econômicas quanto políticas, funcionem atuando como no sistema predecessor.

García Nossa (1945) aponta como exemplo o fascismo, que em sua análise só pode ser entendido como uma junção do capitalismo de guerra e políticas medievais. No que diz respeito ao aspecto de coexistência, como os sistemas não possuem

começo e fim bem definidos, não há a concepção de que os sistemas possam existir de forma isolada, ou seja, há entre eles um vínculo orgânico que pode ser observado dentro dos sistemas em que as relações econômicas são baseadas na propriedade privada e na organização capitalista nacional, pois caso estes sistemas sejam superados, haverá outros que subsistirão seja no sentido geográfico ou econômico, como por exemplo a coexistência de uma espécie de feudalismo em alguns países da América Latina em conjunto com uma capitalismo em expansão. As influências de sistemas anteriores e a coexistência das diferentes formas de organização econômica e suas particularidades geográficas podem moldar a evolução de um sistema.

García Nossa (1945) propõe uma série de características e dinâmicas com base nos princípios gerais que compõem os sistemas, tais como o i) princípio da especificidade, que enfatiza que todo sistema econômico é inseparável dos fatores concretos de tempo e espaço de forma que sem os estudos das circunstâncias históricas e do ambiente geográfico, qualquer sistema seria reduzido a uma mera abstração do ideal; ii) princípio da interrelação, que baseia-se na assertiva de que nenhum sistema econômico opera isoladamente, sendo sempre sujeito e objeto de influências mútuas, como os traços do feudalismo que continuam a influenciar o capitalismo ou ainda como o capitalismo molda as estruturas feudais para consolidar suas dinâmicas; iii) princípio da sobrevivência, que sustenta que nenhum sistema desaparece em sua totalidade, seus vestígios ou marcas persistem em sistemas ou organizações sociais posteriores; iv) princípio da integração, que salienta que um sistema econômico não é composto por uma série de relações isoladas, mas sim uma fusão viva e funcional interdependente de esferas como a econômica, jurídica, política, religiosa e etc, sendo a partir destas que a sociedade se desenvolve política e culturalmente; e v) princípio da racionalização, que destaca a tendência intrínseca dos sistemas econômicos e políticos de buscar formas mais racionais de organização de maneira regular ou irregular, explícita ou implícita que garantam a satisfação das demandas da sociedade.

Em suma, a compreensão dos sistemas econômicos exige uma análise que supere e mera descrição de características superficiais, sendo necessário o uso de critérios e categorias que forneçam ferramentas para uma análise mais profunda que traduza a complexidade, a dinâmica histórica e a interação de diversos fatores.

Para Carvalho (2000), o sistema econômico é um conjunto de elementos que se interrelacionam e que são dependentes. Tais elementos são frutos da ação dos homens sobre a base econômica da sociedade, onde estes exercem seu trabalho. As riquezas dispostas na natureza e o estoque de capital existente são decorrentes do próprio esforço humano ao longo do tempo. Ou seja, um sistema econômico contém elementos que podem ser movimentados através do trabalho, podendo variar de acordo com os objetivos da classe dominante. Logo, os desígnios propostos pelos detentores do capital são diametralmente divergentes dos daqueles que fazem parte da classe trabalhadora uma vez que seus problemas e metas não são similares.

O sistema econômico, em sua complexidade, é o que dita como aqueles que estão contidos nele poderão ter acesso a lazer, saúde, educação, trabalho e tantos outros mais aspectos da vida. Ou seja, ele definirá se aqueles que o fazem funcionar serão capazes usufruir do que o sistema foi ou é capaz de oferecer. A seguir, serão apresentados brevemente os dois sistemas econômicos predominantes ao longo do século XX, com foco no contexto do período estudado.

1.2. CAPITALISMO

O sistema capitalista, ao longo dos séculos, tem demonstrado sua natureza dinâmica, se modificando de forma significativa por meio de combinações de rupturas e continuidades, tais modificações moldaram a economia global e as relações sociais. Segundo Sweezy (1977), foi no século XI, com a desagregação do feudalismo europeu a partir do ressurgimento dos burgos e do comércio inter-regional que houve espaço para o desenvolvimento do capitalismo. O predecessor do capitalismo era caracterizado por uma rigidez hierárquica e estamentária, fundada na relação entre servos e senhores que davam forma a economia e a política. Tal estrutura promovia a desigualdade explícita entre o povo, sustentando uma relativa estabilidade a nível social. O direito era concebido a partir das tradições, como a ligação do trabalhador a sua terra natal, universalidade garantida pela defesa territorial e pelo respeito ao poder natural muitas vezes com cunho sagrado.

Em contraste, a sociedade capitalista valoriza o direito à igualdade e à liberdade. A organização da vida material é deslocada do eixo religioso/militar rumo à ética do trabalho supostamente livre e do progresso material atrelado a ele, através

desse deslocamento o direito positivo se torna o sustento da universalidade junto aos valores centrados pelo mercado. Como descrito por Weber (2004), a adoção de um “racionalismo econômico” fundamenta a organização empresarial pondo em prática uma perspectiva científica às práticas de gestão, fomentando uma ideologia de livre concorrência vinculada à promessa de mobilidade social entre indivíduos em condições “iguais”.

A consolidação da sociedade capitalista só se materializou após as intensas transformações ocorridas no final do século XVIII, principalmente através da Revolução Francesa de 1789 e da Industrial de 1780 e 1830 que criaram condições estruturais favoráveis ao nascimento de uma economia industrial. Esses elementos desagregadores do feudalismo, ficaram marcados como parte de um processo de transição denominado por Marx (1985) como “acumulação primitiva de capital”, que, em suma, é formulado como “primitivo” pois traz consigo os fundamentos de trabalho assalariado e o capital-dinheiro, enquanto se baseia na violência física e militar além do poder do Estado como ente ordenador.

A acumulação primitiva de capital englobou uma série de processos interrelacionados que foram fundamentais para o surgimento do capitalismo industrial, dentre eles temos a valorização do capital por meio do comércio e da usura, a expansão da produção de mercadorias que daria origem a manufatura e a formação de mercados transcontinentais por meio do estabelecimento do sistema colonial. Para além disso, a transição foi marcada pelo fortalecimento do aparato administrativo e financeiro do Estado, particularmente associado a políticas mercantilistas. Por fim, houve também a proletarianização dos camponeses e aprendizes, esse processo envolveu a disciplinarização dos trabalhadores e a regulação dos salários pelo poder público.

Weber (2004) propõe que o capitalismo moderno tem como característica um grande complexo de instituições, as quais são interligadas e trabalham com base na prática racional do que na prática especulativa. Para além disso, o capitalismo existe onde houver a necessidade de realizar a satisfação das necessidades de um dado grupo humano, desde que tal necessidade tenha um caráter lucrativo, e que este seja por meio de empresas. Weber (2004) ainda afirma categoricamente que o capitalismo, decisivamente, surgiu através da empresa permanente e racional, da contabilidade,

da técnica e do Direito, adicionando a esses traços, sempre, a ideologia racional, a racionalização da vida e a ética racional na economia.

Mandel (1981) define o capitalismo como um modo de produção fundado na divisão da sociedade em duas classes essenciais, sendo uma delas os proprietários dos meios de produção (terra, matérias-primas, máquinas, instrumentos de trabalho e etc.), sejam eles indivíduos ou sociedades, os quais comprem a força de trabalho para fazer funcionar suas empresas; e os proletários, que são aqueles obrigados a vender a sua força de trabalho, pois estes não tem acesso direto aos meios de produção ou de subsistência, tampouco o capital que lhes permita trabalhar por conta própria.

Para além disso, é necessário compreender que o capitalismo tem como um de seus efeitos a desigualdade, pois esta é resultado direto de duas categorias: renda e riqueza (capital). Piketty (2014), utiliza a definição de renda nacional como a medida do conjunto das rendas que os habitantes de um país dispõem durante um ano. Já a riqueza nacional é definida como o valor total (nos preços de mercado), de tudo aquilo que os habitantes de um país, incluindo seu governo, possuem num determinado momento. No que tange ao capital, este é definido como o conjunto de ativos não humanos que são passíveis de obter, vender e comprar em algum mercado.

Note que a desigualdade é tida como um “efeito” e não um “efeito colateral”, ou seja, ela é um fator intrínseco e necessário ao modo de produção capitalista e não uma adversidade. Tal efeito trouxe a necessidade de pesquisas para que fosse possível atestar os resultados de sua existência. Um estudo feito por Rodgers (1979), levantou a hipótese de que a desigualdade de renda estaria associada à mortalidade infantil, expectativa de vida ao nascer e a expectativa de vida até os 5 anos, em seu estudo foram analisados 56 países, e, foi concluído que quanto maior a desigualdade, maior a taxa de mortalidade. Além disso, os resultados apontaram que a diferença de expectativa de vida entre países com altas taxas de desigualdade pode ser entre 5 a 10 anos menor do que entre países com menores taxas de desigualdade.

A dominância e as diferenças do sistema capitalista, dadas suas interrelações, é perceptível ao verificarmos a abrangência do modelo. Na tabela 1 é possível observar que enquanto há 15 países classificados como de renda alta com uma média de Produto Nacional Bruto (PNB) de 12.281 dólares, haviam 28 países de renda

média-baixa com PNB de 1080 dólares e 33 países de renda baixa com média de 299 dólares, a partir daí é possível observar as discrepâncias que levam as desigualdades operadas no modelo capitalista, pois para que 15 nações possam prosperar, 61 países devem perecer. No quadro 1 abaixo segue a lista de países assim como suas respectivas classificações no que diz respeito a categoria Capitalista de sistema econômico, subdivididos por nível de desenvolvimento de acordo com o relatório divulgado pelo Banco Mundial de 1983:

Quadro 1 – Classificação dos Países Capitalistas com base no Sistema Econômico como definido pelo Banco Mundial

Países Capitalistas				
Renda baixa	Renda média-baixa	Renda média-alta	Renda Alta	Renda alta (países exportadores de petróleo)
Alto Volta (Burquina Fasso)	Bolívia	África do Sul	Alemanha Ocidental	Arábia Saudita Emirados Árabes Unidos
Bangladesh	Camarões	Argélia	Austrália	Kuwait
Benin	Colômbia	Argentina	Áustria	Líbia
Burundi	Congo	Brasil	Bélgica	
Butão	Coreia do Sul	Chile	Canadá	
Chade	Costa do Marfim	Espanha	Dinamarca	
Gana	Costa Rica	Grécia	Estados Unidos	
Guiné	Egito	Hong Kong	Finlândia	
Haiti	El Salvador	Irã	França	
Iêmen (República Árabe)	Equador	Iraque	Japão	
Índia	Filipinas	Irlanda	Noruega	
Indonésia	Guatemala	Israel	Países Baixos	
Libéria	Honduras	Itália	Reino Unido	
Madagascar	Jamaica	México	Suécia	
Malawi	Jordânia	Nova Zelândia	Suíça	
Mali	Lesoto	Portugal		
Mauritânia	Líbano	Singapura		
		Trinidad e Tobago		
Mianmar	Marrocos	Uruguai		
Nepal	Nigéria	Venezuela		
Níger	Papua Nova Guiné			
Paquistão	Paraguai			
Quênia	Peru			
República Centro-Africana	República Dominicana			
Ruanda	Síria			

Senegal	Tailândia
Serra Leoa	Tunísia
Somália	Turquia
Sri Lanka	Zâmbia
Sudão	
Tanzânia	
Togo	
Uganda	
Zaire	

Fonte: World Bank: World Development Report 1983 – Quadro elaborado pelo autor.

Ao observar o quadro, é possível notar o perfil geográfico da maioria dos países que não compõem a lista dos países de renda alta, onde são em sua maioria pertencentes ao sul global e frutos de colonizações.

1.3. SOCIALISMO

O termo socialismo foi usado pela primeira vez, segundo Spindel (1980), na Inglaterra em 1827, em um artigo publicado na Revista *Cooperative Magazine* e, como consta em Petitfils (1977), o termo passou a ser atrelado a Robert Owen, considerado o “pai do cooperativismo” e fundador do socialismo utópico inglês. Entretanto, aqui nos interessa entender o surgimento do socialismo entre meados do século XVIII e XIX como resposta à exploração do trabalhador fabril em sua jornada de 14 horas fruto da revolução industrial, possibilitada apenas pelas condições industriais que deram vida ao grande industrial capitalista, que trouxe consigo a concentração do capital e, como aponta Engels (1978), a inevitável expropriação da classe trabalhadora. Spindel (1980) ainda aponta outros aspectos semeadores do socialismo, tais como a expulsão dos camponeses de suas terras, os salários de fome, a exploração de mulheres e crianças e a inexistência de qualquer condição para que a vida da população pudesse ir além do trabalho. Desse modo, o socialismo emerge como uma alternativa ao modo de produção capitalista ao propor uma reorganização da sociedade por meio da coletivização dos meios de produção ao passo são enfrentadas as desigualdades sociais.

Para lançar luz a respeito do “Socialismo Utópico”, podemos evocar Hobsbawn (1983) que trata o movimento como uma rebeldia ante os infortúnios sofridos pela classe trabalhadora, que, a partir daí, buscou por em prática iniciativas que mudassem as condições que atentavam contra a sobrevivência dos trabalhadores. Daí podemos

inferir o porquê do surgimento do socialismo como alternativa ao modo de produção capitalista àqueles que sentem o flagelo da exploração diariamente em suas vidas.

Hobsbawn (1983), ainda aponta que o socialismo utópico era um movimento de classe-média que tinha como interesse apenas mitigar os efeitos da exploração capitalista sem que os problemas fossem sanados diretamente na raiz. Por esse motivo, Marx e Engels (2002) consideram como reacionário esse movimento pois eles rejeitam toda ação política e principalmente toda e qualquer ação revolucionária e buscam atingir suas metas através de meios considerados pacíficos.

Em contrapartida ao socialismo utópico, Engels (1978) propõe o Socialismo Científico, o qual seria concebido como construção baseada na história e na sociedade materializada a partir dinâmica da luta de classes. O socialismo científico foi moldado através do método do materialismo histórico-dialético, onde buscou-se analisar as formações socioeconômicas pré-capitalistas, revelar o conteúdo de classe assim como todo o processo de exploração do proletariado. O socialismo científico é apresentado como um amadurecimento da racionalidade do saber proposto pelo socialismo utópico e pela prática política, seria o conhecimento das causas sociais e econômicas, observáveis na materialidade. Ademais, seria uma nova proposição de relação de produção em um sistema econômico.

No entanto, para compreender o modo de produção socialista, podemos recorrer ao conceito de Marini (1992), que entende o sistema como um período de transição de uma nova era histórica, caracterizada pela superação do modo de produção capitalista através da socialização dos meios de produção, assim como pela dominância da classe trabalhadora como classe dominante perante a burguesia.

Bambirra (1983), afirma com rigor conceitual que as características mais relevantes do socialismo são: i) hegemonia do poder através da classe operária juntamente com as demais camadas das classes trabalhadoras; ii) a abolição da propriedade privada dos principais meios de produção, distribuição, transporte, sistema bancário e financeiro com o desenvolvimento das formas de propriedade de cunho estatal, misto, comunitário, cooperativo e as demais formas associativas; iii) um sistema de planificação da vida econômica e social, através da centralização democrática, pois, para a autora, tal planificação rege o movimento das forças

produtivas e possui como um de seus objetivos a compatibilização dos recursos existentes em harmonia com as prioridades de desenvolvimento que foram estabelecidos hierarquicamente para que seja possível maximizar o crescimento das forças objetivas e, através deste, obter um domínio do homem sobre a natureza.

A proposta de mudança de eixo em meados do século XX pode ser observada ao verificarmos a quantidade de países que se propuseram a superar o modo de produção predecessor. A partir do relatório divulgado pelo Banco Mundial de 1983, temos os seguintes países Socialistas subdivididos por nível de renda, além de uma classificação que diz respeito aos países que passaram por revoluções recentes ao considerarmos o período de 1960 a 1980:

Quadro 2 – Classificação dos Países Socialistas com base no Sistema Econômico como definido pelo Banco Mundial

Países Socialistas			Países que haviam passado por revoluções recentes à época
Renda baixa	Renda média-baixa	Renda média-alta	Renda baixa
China	Albânia	Alemanha Oriental	Afeganistão
	Coreia do Norte	Bulgária	Angola
	Cuba	Hungria	Camboja
	Mongólia	Iugoslávia	Etiópia
		Polônia	Iêmen (República Democrática Popular)
		Romênia	Laos
		Tchecoslováquia	Moçambique
		URSS	Nicarágua
			Vietnã
			Zimbábue

Fonte: World Bank: World Development Report 1983 – Quadro elaborado pelo autor.

Como pode ser verificado, o Brasil, ante análise do Banco Mundial, entre os anos de 1960 e 1980 estava classificado como um país Capitalista de Renda Média-alta, enquanto Cuba era classificada como um país Socialista de Renda Média-Baixa. Sendo assim, pontuar as diferenças fundamentais de ambas classificações de sistemas econômicos foi vital para que fosse possível realizar uma comparação entre os tais.

Para contextualizar se fez necessário compreender minimamente o caminho que cada nação percorreu de forma que isso nos traga luz perante a análise proposta,

pois foi compreendido que para garantir uma análise qualitativa dos dados, é de suma importância trazer à baila uma leitura socioeconômica.

1.4. CAPITALISMO E SOCIALISMO: DIFERENÇAS FUNDAMENTAIS

As diferenças entre capitalismo e socialismo são profundamente atreladas a forma e movimento da organização dos sistemas, onde estes privilegiam diferentes aspectos considerados fundamentais, sendo assim, a comparação proposta neste capítulo oferece uma comparação calcada em cinco aspectos centrais de um sistema econômico.

1.4.1. PROPRIEDADE DOS MEIOS DE PRODUÇÃO

A propriedade dos meios de produção é uma das, senão a, mais importante diferença entre os dois sistemas econômicos, pois a forma com que a propriedade dos meios de produção dentro de um sistema econômico é controlada norteará os objetivos daquela sociedade.

Tal afirmativa é comprovada ao analisar que no capitalismo os meios de produção são controlados de forma privada, seja por indivíduos ou corporações, para que se obtenha o lucro. Mandel (1981) aponta que, para que funcione esse dinamismo, os detentores dos meios de produção compram a força de trabalho para que suas empresas possam gerar lucro, enquanto os proletários vendem a sua força de trabalho para que possam existir. Tal dinâmica sustenta o sistema capitalista e é através desse fomento que há a perpetuação e a concentração de riquezas e poder econômico.

No socialismo, a proposta de uso para os meios de produção difere pois há dentro deste modelo econômico o intuito de socializar tais propriedades, ou, como aponta Bambirra (1983), abolir a propriedade privada dos principais meios de produção. Ou seja, elas são coletivizadas de forma que não pertencem a um único indivíduo ou a corporações privadas. Marini (1992) aponta ainda que há uma inversão no eixo de poder, de forma que a classe trabalhadora é a classe dominante tomadora de decisões, logo, não há concentração de poder econômico nas mãos de poucos.

1.4.2. OBJETIVOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Neste aspecto, o capitalismo tem como fundamento a maximização de lucros e eficiência econômica, esses fundamentos promovem o crescimento econômico enquanto tendem a criar desigualdades. Piketty (2014) observa que o sistema capitalista propende a concentrar riqueza, e, ao fazê-lo, acaba agravando as desigualdades sociais. Devido a essa racionalidade econômica predatória, os aspectos de justiça social acabam sendo negligenciados.

Em contraste, o socialismo tem como objetivo promover o bem-estar coletivo através de uma distribuição justa de recursos. Marini (2004) ressalta que um dos objetivos do modelo de produção socialista é buscar harmonizar as forças produtivas de forma que elas atendam as necessidades sociais. Logo, seus objetivos econômicos estão atrelados profundamente a garantia da qualidade de vida da população em seus aspectos mais imediatos: alimentação, saúde e moradia.

1.4.3. MECANISMOS DE DISTRIBUIÇÃO

No capitalismo, as decisões no que tange os aspectos de distribuição são determinados pelo mercado de tal sorte que os preços são controlados pela oferta e demanda. Como aponta Weber (2004), o modelo propõe calcar suas decisões de mercado de forma racionalizada para que as necessidades e satisfações de um ou vários grupos humanos sejam atendidas, porém, esta se fará realizada desde que haja um caráter lucrativo em seu fim.

O socialismo, nesse quesito, adota uma abordagem que tende a garantir acesso equitativo a bens e serviços. A planificação da economia é então adotada neste modelo, pois, segundo Marx e Engels (2002), seria a solução mais viável para superar crises de superprodução e desperdício. Marini (2002) ainda destaca que o planejamento possibilitado por uma economia planificada é capaz de evitar as distorções mais comuns que podem ser observadas nos mercados capitalistas.

1.4.4. ESTRUTURA DE CLASSES

No sistema capitalista, a divisão de classes é bem delineada, pois de um lado temos os proprietários dos meios de produção controlando o capital enquanto do outro lado existem os trabalhadores que dispõem apenas de sua força de trabalho. Mandel (1981) nos diz que tal estrutura traz em seu consigo uma luta constante entre essas

duas classes, perpetuando as desigualdades e os conflitos sociais uma vez as classes entram em embate buscando favorecer seus próprios interesses, que por sua vez são diametralmente opostos.

O objetivo do socialismo, por sua vez, é eliminar as distinções de classe com o intuito de promover uma sociedade justa. Engels (1978) argumenta que a eliminação das diferenças de classe é fundamental para dar as bases para a construção de um sistema econômico plenamente coletivo e promovedor de igualdade econômica e social.

1.4.5. PAPEL DO ESTADO

Dentro do modo de produção capitalista, o Estado atua como regulador de mercado e protetor da propriedade privada dos meios de produção. Netto e Braz (2007) afirmam que o Estado no capitalismo atua como o instrumento que preserva a ordem econômica e social, sendo assim, ele é moldado e remoldado de maneira que sempre atenda a necessidade da preservação que mantém o modo de produção capitalismo vivo.

O Estado dentro do socialismo desempenha um papel bastante ativo, voltado para o planejamento econômico centralizado e a promoção da igualdade. Como aponta Marini (2004), o Estado socialista é transformado em um instrumento da classe trabalhadora, para tal, ele busca centralizar seus esforços, democraticamente e a partir dos anseios do povo, para que as necessidades coletivas sejam atendidas.

Delineadas as bases do sistema Capitalista e Socialista, se faz necessário se debruçar nas bases históricas e socioeconômicas do Brasil e de Cuba a fim de compreender como estes foram forjados.

2. BRASIL: FORMAÇÃO HISTÓRICO-ECONÔMICA ENTRE 1500 A 1980

2.1. A ECONOMIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA

2.1.1. ECONOMIA COLONIAL

O primórdio do Brasil foi marcado por um aspecto exploratório, tendo em vista que toda colonização dos trópicos tinha, segundo Prado Júnior (1994), a característica de ser uma vasta empresa comercial de alta complexidade, que se propunha ao máximo aproveitamento dos recursos naturais em detrimento de um avanço do comércio europeu.

A essência da colonização brasileira foi organizada de forma que esta fosse, num futuro próximo, capaz de fornecer açúcar, tabaco, algodão, ouro, diamante e, posteriormente, café. Com o foco da produção sendo sempre voltado para o exterior, desconsiderando os interesses internos. Toda estrutura fica então a mercê do colonizador para que através da mão de obra que estiver disponível, indígena ou negra escravizada, a organização seja puramente produtora e mercantil, voltada plenamente para atender seus colonizadores junto a seu desejo pelo lucro. Tendo tal configuração política socioeconômica desde sua origem, era propício o modelo que fez parte, como aponta Prado Júnior (1994), de mais um capítulo na história do comércio europeu.

Em Prado Júnior (1994), durante o período inicial da colonização (1500 e 1530), a influência do meio geográfico moldou a configuração das atividades econômicas e do processo de ocupação que se deu no país, de forma que a formação econômica colonial priorizou a exploração de recursos naturais, ou seja, não houve o intuito colonizador de povoamento ou desenvolvimento social, o modelo de ocupação refletia apenas o caráter comercial e extrativista já conhecido entre as práticas europeias. O autor ainda aponta que a primeira atividade econômica durante o período foi a extração predatória do pau-brasil, matéria utilizada no mercado europeu na tinturaria aos custos de deixar como legado grandes impactos ambientes e quase nenhuma infraestrutura.

Outro fator marcante do Brasil colonial, como aponta Prado Júnior (1994), é o aproveitamento e aprofundamento da monocultura voltada para exportação de

produtos considerados à época de alto valor, como o açúcar. A escolha desse modelo levou a estruturação de grandes propriedades sustentadas pela mão de obra escravizada. Esse movimento foi intensificado durante a organização das capitanias hereditárias, que segundo Prado Júnior (1994), seria um modelo feudal nos moldes tropicais. Durante esse período houve a substituição do trabalho indígena, devido à resistência dos povos originários, e o aprofundamento da importação institucionalizada dos escravizados oriundos da África. A partir daí, a monocultura de cana-de-açúcar fica consolidada como o pilar econômico que garantiu a colônia sua dependência do mercado externo.

A economia colonial, como corroborado por Mello (1982), é definida como extremamente especializada e complementar à economia da metrópole, tal complementaridade é dada por um padrão específico de comércio onde os produtos da colônia são exportados e os produtos manufaturados são importados. A articulação das trocas entre a economia colonial e metropolitana é um padrão que se efetiva somente através do monopólio de comércio exclusivo metropolitano para cumprir a função de instrumento de acumulação primitiva de capital. Como aponta o autor, para cumprir tal função, foram estabelecidos mecanismos ajustáveis que permitiriam que houvesse uma produção excedente transformada em lucros ao ser comercializada no mercado internacional, e que abrissem a possibilidade de criação de mercados coloniais para a produção metropolitana e, por fim, que o lucro obtido na colônia fosse em sua maioria apropriado pela burguesia metropolitana. Ocorre então que a produção da colônia seria mercantil e comercializável mundialmente. Torna-se evidente então que esta prática mercantil foi possível apenas através do trabalho servil ou escravizado.

2.1.2. ECONOMIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA ESCRAVISTA

Conforme análise de Prado Júnior (1994), a escravidão foi fator condicionante à formação social do país, tendo apenas uma minoria branca como parte da classe dominante, a grande maioria negra escravizada teria ali uma única função: trabalhar para produzir os insumos que seriam lucrativos para os colonizadores. A pedra fundamental para o sustento do modelo primário exportador fica então consolidada. A mão de obra escravizada na colônia era vista como mais um recurso natural a ser

explorado. Devido a necessidade em manter uma produção contínua de cana-de-açúcar para exportação, a exploração da mão de obra foi intensificada com o comércio de escravizados após a descoberta de ouro e diamantes. Segundo o “Atlas of the Transatlantic Slave Trade” (Atlas do Tráfico Transatlântico de Escravos, em português) de 2010, o Brasil teve cerca de 5 milhões de escravizados oriundos do continente Africano entre os anos de 1501 até 1887. Mesmo após a abolição do tráfico, em 1850, o comércio persistiu de tal sorte que mais de 1 milhão foram trazidos forçosamente para o país, pois Portugal lucrava mesmo sob pressão britânica para acabar com as importações.

Houve, segundo Prado Júnior (1994), entre meados do século XVII e final do século XVIII, uma significativa expansão geográfica e econômica marcada pela diversificação de atividades econômicas e ampliação das desigualdades regionais. Nesse período, a mineração de ouro e diamantes emergiu e se consolidou como principal base econômica, centralizando a ocupação no eixo centro-sul do país. Ao mesmo tempo que a extração atraiu a população para o interior daquele território, a atividade impulsionou também a urbanização, contudo, sem perder o caráter exploratório da economia colonial primário-exportadora. Não houve ali uma industrialização, tampouco uma diversificação significativa da economia brasileira, e, apesar da criação de polos populacionais importantes e criação de uma economia monetária local, a exaustão dos recursos naturais levou a região a uma rápida decadência econômica.

Prado Júnior (1994) ainda revela que o auge da economia colonial se deu durante os anos 1770 a 1808 com a diversificação agrícola e a consolidação de novas bases econômicas. É dito que a agricultura renasce como principal atividade econômica devido a introdução do café, que a partir dali, moldaria o futuro modelo econômico do Brasil. O Nordeste passou por uma reestruturação agrícola buscando reverter os efeitos do declínio do consumo do açúcar brasileiro em detrimento da concorrência com o Caribe. O Sul, naquele momento, integrou a agricultura e a pecuária ao seu território através do fortalecimento da produção de couro e charque.

A consolidação da atividade pecuária de forma secundária foi crucial para garantir o abastecimento interno de alimento tanto para região agrícola quanto para urbana. A adesão do Sul ao cenário econômico colonial trouxe uma nova perspectiva de ampliação de conexões regionais que contribuíram para fortalecer a integração

econômica de forma avançada, isso garantiu uma coesão dentro do sistema territorial, pois conectava diferentes áreas. Isso foi atribuído a uma ampliação na centralização da administração colonial, que, como aponta Prado Júnior (1994), veio através de um controle mais direto exercido pela Coroa Portuguesa, tal manejo buscou organizar a economia enquanto se fortalecia as atividades agrícolas e se consolidava para a classe dominante uma certa estabilidade social e econômica.

Em 1808, motivada por invasões napoleônicas, a corte portuguesa decide fazer do Brasil sua morada, isso implicou numa transformação estrutural na economia e política do país. A abertura dos portos foi uma delas, onde as chamadas “nações amigas” puderam estabelecer comércio direto com o Brasil, porém, a hegemonia sobre o mercado brasileiro se deu pela Inglaterra. Conforme Furtado (2005), os tratados de “amizade” assinados em 1810 estabeleciam tarifas cujo as concessões beneficiavam preferencialmente os ingleses aos portugueses, ficando ali consolidado a dependência do capital Inglês. Contudo, o ato foi um marco de ruptura com o modelo colonial.

Os impactos puderam ser observados dois anos após a assinatura dos tratados, pois, entre 1812 e 1822, as importações brasileiras aumentaram 900%, saindo de 2.500 para 22.500 contos de réis, em contraponto, as exportações permaneciam em torno de 4.000 contos de réis. A consequência foi a geração de déficits comerciais, conforme identificado por Furtado (2005), evidenciando o quão vulnerável era o modelo econômico do Brasil, este que ainda era dependente de matérias-primas e produtos agrícolas como açúcar e algodão. Configurou-se ali um progresso desigual em um país primário exportador mantido através da mão de obra escravizada.

2.2. O IMPÉRIO

Formalizada em 1822, a independência do Brasil concretizou o rompimento político com Portugal, mas isso não trouxe consigo uma alteração na essência do modelo econômico. Prado Júnior (1994) argumenta que o país seguiu operando como um apêndice do capitalismo europeu, servindo apenas para atender suas demandas. O açúcar ainda mantinha sua relevância, mas já era possível vislumbrar a ascensão do café como um fator de redirecionamento de eixo.

O regime escravocrata se fez tão presente durante todo esse período de forma que o país dependia profundamente da mão de obra escravizada. Calógeras (2009) aponta que a elite agrária escravocrata resistiu às ideias abolicionistas até 1870, pois temiam perder seus lucros. O autor ainda destaca que, embora houvessem tentativas de libertação no parlamento, a crença de que era vital para a economia manter o modo de produção a base do trabalho escravo sempre sobrepujava o debate. As reformas que visavam abolir a escravidão foram um processo moroso, longo e conturbado, posto em movimento apenas por pressões econômicas e medo de possíveis consequências econômicas da não adesão ao fim da escravidão.

Um marco fundamental para entender a estrutura agrária brasileira está materializado na Lei nº 601 (BRASIL, 1850), conhecida também como Lei de Terras, esta determinou que as terras públicas só poderiam ser adquiridas mediante compra, não sendo mais permitido realizar distribuições de terras por meio de doações como era feito pela Coroa dentro do sistema de sesmarias. Além disso, aqueles que não dispusessem do título oficial da propriedade, estavam correndo o risco de ter suas terras confiscadas. Essa mudança, já vislumbrando o fim do modelo escravagista, devido aos movimentos abolicionistas como o que resultou na Lei de Eusébio de Queirós que proibia a entrada de novos escravos advindos da África no território brasileiro, buscou consolidar o domínio privado sobre as terras ao passo que regularizava as posses fundiárias, o que, conseqüentemente, negava o acesso a propriedade para os escravizados recém e futuros libertos, além dos trabalhadores rurais. Foi extraído ainda da lei que, ao estabelecer apenas a propriedade privada como forma de acesso à terra, reforçou-se as bases da elite agrária ao mesmo tempo em que se dificultava qualquer movimento que visava a reforma agrária e o acesso à terra pelos pauperizados e indígenas.

Como aponta Westin (2020), antes de ser sancionada por Dom Pedro II em 1850, a Lei de Terras percorreu sete anos de debates e ajustes no Parlamento, desde sua entrada em 1843, a lei foi baseada em um anteprojeto dos conselheiros do imperador.

No contexto do Brasil agrário, dependente da exportação de café, a zona rural enfrentava um caos fundiário e uma insegurança jurídica devido as pressões britânicas. A maioria das propriedades rurais era composta por sesmarias cuja posse,

na maioria dos casos, não era formalmente registrada, fazendo com que alguns dos grandes fazendeiros ficassem vulneráveis ao confisco.

O caos fundiário se deu após a proibição de novas sesmarias em 1823, o vácuo legal fabricado naquele momento levou à ocupação desordenada e desenfreada de terras públicas, criando uma mistura de pequenos camponeses que plantavam para sobreviver e grandes latifundiários, todos na condição de posseiros sem títulos oficiais. Além disso, Westin (2020) ainda nos mostra que a falta de demarcações claras entre as propriedades gerou frequentes conflitos entre vizinhos e famílias.

A Lei de Terras determinou o fim da ocupação desordenada ao passo que estabeleceu a venda de terras públicas como única forma de aquisição, as quais foram vendidas, como demonstra Westin (2020), com valores altos, dessa forma, a nova lei favoreceu e anistiou grandes donos de terra, mas dificultou a regularização para pequenos camponeses devido às altas taxas cobradas, que eram, para muitos, proibitivas. Assim, a legislação favoreceu os grandes proprietários e contribuiu para aumentar a força de trabalho assalariada nos cafezais, tendo em vista que esse tipo de trabalho se tornou a única opção ante as restrições ao acesso da terra, consolidando ainda mais o poder da elite agrária.

Outro fator colaborativo às estratégias produtivas foi o incentivo à imigração europeia, pois com a Lei Eusébio de Queirós, o suprimento de mão de obra teve que ser repostado. Como mostra Prado Júnior (1994), entre 1850 e 1888, aproximadamente 4 milhões de imigrantes chegaram ao Brasil com o intuito de substituir o trabalho dos escravizados nas plantações de café, tendo os imigrantes o Sudeste como principal destino.

A produção de café se consolidou como o principal eixo econômico brasileiro de forma que o café representava 40% das exportações em 1830 e ao final do século XIX o montante era de 70%. Furtado (2005) ainda ressalta que, junto ao crescimento da cafeicultura, uma nova elite econômica se formou no Sudeste, com maior concentração no Estado de São Paulo, o que fez com que o poder político, antes consolidado no Nordeste, fosse deslocado para o novo polo. A cidade do Rio de Janeiro também emergiu como um dos centros econômicos e administrativos junto a cidade de São Paulo, conforme Prado Júnior (1994), essa ascensão representou os

primeiros passos de uma economia que buscava se descolar de um modelo exclusivamente agrícola, contudo, o comércio permanecia primário-exportador dependente do mercado externo.

2.3. REPÚBLICA

2.3.1. ECONOMIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA CAPITALISTA

Devido ao descontentamento gerado pelas escolhas e políticas vindas através da centralização monárquica, as elites agrárias junto aos militares lideraram a proclamação da República em 1889. A abolição da escravidão, formalizada pela Lei Áurea em 1888, representou mais um ponto de ruptura nas relações socioeconômicas do Brasil. Foi a partir dela que as relações entre o governo monárquico e as elites agrárias entraram num embate uma vez que a lei forçou a substituição da mão de obra escravizada nas lavouras de café, açúcar e algodão pelo trabalho assalariado. Segundo Furtado (2005), a transição fez com que os custos produtivos elevassem, gerando uma crise de adaptação econômica para os latifundiários que tinham total dependência do trabalho servil dos escravizados.

Prado Júnior (1994), traz o argumento de que a centralização administrativa da monarquia alienou importantes grupos de poder, como as elites regionais, os militares e os industriais. Consequentemente, a incapacidade de dar atenção e acomodar os interesses divergentes do Sudeste, Norte e Nordeste aceleraram o esgotamento do modelo político tocado pelo império. É notório dar atenção também ao fato de que as mudanças globais que ocorreram na época causaram uma pressão, pois, o capitalismo industrial avançava nos países em que a escravidão havia sido abolida há tempos. Isso pressionou o Brasil para que houvesse uma modernização em suas estruturas políticas e econômicas. Como destaca Calógeras (2009), a proclamação foi mais um ato de reorganização administrativa para atender as demandas do mercado internacional do que uma revolução social.

Com a economia cafeeira consolidada, representando mais de dois terços das exportações brasileiras, foi possível, como aponta Furtado (2005), a acumulação de capital para que a partir disso fossem realizados os primeiros investimentos industriais, porém, a dominância do café manteve ali uma estrutura agrária dominante,

excludente e concentradora, que perpetuava um modelo de modernização conservadora obstrutora de qualquer formação de um mercado interno robusto.

Foi então que, no início do século XX, entre os anos de 1900 e 1920, o excedente do capital do café investido no fim do século anterior apresentou seus resultados. A quantidade de fábricas triplicou, tendo São Paulo a maior concentração dos operários industriais do país, contando com 35% do montante nacional. Contudo, embora a industrialização tenha sido impulsionada por demandas internas, Furtado (2005) ressalta que, esta se manteve dependente de capitais estrangeiros, seguindo ainda uma política econômica voltada para a exportação sem significativas proteções para a indústria nacional.

A concentração da economia cafeeira e das fabricas no Sudeste, segundo Furtado (2005) fizeram com que a região concentrasse 72% da renda nacional, ao passo que o Norte e o Nordeste permaneciam atrelados a estruturas produtivas consideradas arcaicas e uma forte desigualdade socioeconômica. Isso se deve, como aponta Prado Júnior (1994), as consequências da Lei de Terras de 1850, que corroborou para a concentração de riquezas daquela região. Para além disso, haviam os desafios enfrentados pelo Nordeste no que tange a concorrência internacional no mercado de açúcar, como afirma Furtado (2005), e, o Norte se via atrelado à extração de borracha que já apresentava sinais de declínio após 1910. Calógeras (2009) ainda ressalta outro fator agravante para a dificuldade do desenvolvimento do Norte/Nordeste, seu isolamento geográfico. Este, atrelado a falta de infraestrutura, aprofundava as desigualdades da região principalmente quando comparado ao dinamismo do Sudeste.

Conforme observado por Furtado (2005), junto com a concentração econômica, a economia cafeeira trouxe consigo uma vulnerabilidade estrutural oriunda de sua dependência, especialmente perante a volatilidade dos preços internacionais. Os impactos desta vulnerabilidade foram sentidos durante a crise de 1929, que causou uma queda abrupta nas receitas do café, fazendo com que o governo brasileiro implementasse políticas de valorização, comprando os excedentes do café e os armazenando para controlar os preços através da redução da oferta. O autor ainda aponta que as medidas foram apenas um paliativo que desviou recursos que poderiam ser utilizados para modernizar a economia e garantir uma maior autonomia ao País.

Após o episódio, ficou evidente que era necessária a redução da dependência externa através da industrialização, uma vez que a substituição de importações se tornou uma estratégia inevitável na década de 1930, como argumento Furtado (2005), pois, o colapso do modelo agrário-exportador escancarou a necessidade de repensar a economia brasileira.

2.4. INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

2.4.1. INDUSTRIALIZAÇÃO RESTRINGIDA

A industrialização restringida ou restrita, como entendida por Mello (1982), foi uma etapa de transição para o capitalismo na América Latina entre 1930 e 1955 que ficou marcada principalmente pela expansão da dinâmica industrial. Durante o período, foi observado um movimento endógeno de acumulação, no qual se promove a reprodução da força de trabalho e de uma significativa parte do capital industrial. Ainda assim, havia ali um crescimento proporcional do setor de bens de produção, mas incapaz de atender as necessidades correntes da economia.

A partir daí, a classificação de “restringida” foi dada devido à insuficiência das bases técnicas e financeiras necessárias para estabelecer um setor robusto de bens de produção, fundamental para o autossustento e crescimento da capacidade produtiva e desenvolvimento industrial.

Outra característica da industrialização restringida, como aponta Mello (1982), foi expansão “horizontal” de acumulação, assim chamada pois a capacidade produtiva não cresce além da demanda nem tampouco devido a rupturas tecnológicas. Todavia, o fator restritivo imposto pela incapacidade de importação impunha a taxa de acumulação da indústria um limite que só pode ser sanado a partir da atuação do governo.

A incapacidade de importar produtos manufaturados foi o motor que impulsionou a transformação econômica do Brasil que marcou o início da década de 1930. O governo de Getúlio Vargas teve um papel central nesse processo, foi através de políticas protecionistas e investimento em infraestrutura que o modelo encontrou base para que fosse possível ganhar forma. Segundo Prado Júnior (1994), os capitais que foram acumulados através da cafeicultura passaram a ser redirecionados para setores como transporte, energia elétrica e indústrias têxteis, centralizadas principalmente em

São Paulo, que a partir daí se consolidou como polo industrial do país. Em 1930 a 1945 houve um crescimento significativo na produção industrial do Brasil, sendo São Paulo responsável por cerca de 35% da produção total em 1940.

O crescimento industrial realizado através de um redirecionamento de recursos marcou a coexistência entre a nascente economia industrial e velho modelo agrário-exportador, Prado Júnior (1994), observa que a transição de modelo não foi uniforme, contudo, os investimentos em infraestrutura juntamente com a criação de empresas estatais foram fatores decisivos para que a economia industrial ganhasse força. O autor ainda ressalta que, apesar da evolução, a modernização foi limitada e as regiões desenvolvidas industrialmente foram polos específicos, o que contribuiu para ampliar a concentração regional de renda e as desigualdades do país.

Com a concentração da indústria, profundas mudanças sociais foram ocorrendo, incluindo o surgimento de uma classe trabalhadora urbana resultante da migração dos trabalhadores rurais para a cidade. Martins (2010), destaca que a transição para o trabalho assalariado trouxe consigo a precarização, como os baixos salários e a falta de acesso a serviços básicos. O resultado é a manutenção da exclusão social. O autor também aponta que a estrutura agrária contribuiu para que as desigualdades sociais e regionais continuassem a ser reproduzidas.

A ausência de uma política econômica nacional integrada contribuiu para a estagnação das regiões periféricas em detrimento do desenvolvimento das cidades centrais, como São Paulo. Calógeras (2009) argumenta que a concentração dos investimentos no Sudeste corrobora com a manutenção da permanência de um Norte/Nordeste marginalizado dependente de atividades de monocultura e pecuária extensiva.

Há um consenso entre os autores no que tange ao impacto da aceleração da industrialização e alta dependência do país de um modelo agrário cuja as atividades ainda trazem aspectos pouco tecnológicos e tradicionais. A falta de desenvolvimento evidencia aí que apenas as ações do Estado sem um devido planejamento não são suficientes para que um real progresso ocorra.

Contudo, a industrialização brasileira avançou, o processo de substituição de importações seguia apresentando desafios cada vez maiores. Tavares (1972)

argumenta que tal evolução se tornou cada vez mais onerosa devido a fatores internos, como o tamanho limitado do mercado nacional e a disponibilidade de tecnologias, para além disso, haviam as restrições externas, visto que a escassez de divisas deixava a pauta de importações cada vez mais rígida antes mesmo de alcançar uma diversificação produtiva. Ela ainda aponta que, ao priorizar apenas a substituição de bens de consumo finais, o país comprometia sua capacidade de importar produtos essenciais, tais como bens de capital indispensáveis para a expansão da infraestrutura produtiva.

Tavares (1972) aponta que a superação dessa limitação começou a ser implementada durante a Era Vargas, onde houve uma expansão na substituição de importações para que fosse possível incluir bens intermediários e semielaborados com custos de produção acessíveis. Esse movimento estratégico do Estado brasileiro consolidou a base industrial e ajudou a reduzir sua dependência econômica.

Com a atuação do Estado como investidor em indústrias de base, principalmente naquelas que demandavam altos níveis de capital e longos prazos de maturação para que houvesse qualquer retorno financeiro, o governo foi capaz de preencher a lacuna deixada pelo empresariado nacional. Como descrito por Gerschenkron (1962), o estado atuou como um “empreendedor-substituto”, tendo em vista a falta de recursos e capital da iniciativa privada. Dessa forma, houve a promoção de criação de empresas estratégicas voltadas para a infraestrutura industrial. Dentre as iniciativas, podemos destacar a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de 1941; a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) de 1942; e a Fábrica Nacional de Motores (FNM) de 1945. Foi através dessas empresas que foi consolidada a indústria pesada no Brasil, de forma que estas garantiram os fundamentos para um modelo de industrialização mais independente e robusto.

A formalização e a institucionalização de uma rede de proteção social durante o período desempenhou um papel central na Era Vargas através da introdução de medidas como a legislação trabalhista e a criação do salário mínimo em 1940. Tais ações tinham como objetivo promover um equilíbrio, ainda que muito frágil, entre capital e trabalho, buscando garantir direitos e benefícios aos trabalhadores enquanto mitiga os confrontos diretos entre eles e os patrões. O Estado se tornou então um mediador que buscava atender as demandas de diferentes grupos, e, ao fazer tal

mediação, redefiniu a relação entre grupos sociais e o poder público, moldando o que seriam as relações trabalhistas no país.

Após o fim da Era Vargas, ainda em um modelo industrial restringido, tivemos um governo que se baseou em um equilíbrio político construído a partir de um entendimento entre os setores dominantes urbano-industriais e agromercantis, contudo, o governo Dutra (1946-1951) possuía pouca participação de forças políticas alinhadas ao projeto nacional-popular que ficou marcado como um dos traços do governo de Getúlio. Um dos fatores que mais sobressaem a gestão Dutra foi o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), que buscou orientar os gastos públicos em áreas estratégicas. Entretanto, o plano foi criticado por haver limitações no que tange a falta de diretrizes abrangentes ou inovadoras para a economia. Conforme Draibe (2004), não houve definições de fluxos financeiros em consonância com as demandas dos projetos, tampouco cronogramas coesos de execução. O plano era um punhado de iniciativas herdadas do Estado Novo, como o Plano Ferroviário Nacional e o Plano Nacional de Eletrificação, sem que houve ali um avanço significativo na transformação dos parâmetros industriais. O Plano SALTE não representou uma ruptura com a abordagem política predecessora, se mantendo como uma proposta limitada tanto em concepção quanto em execução. É importante salientar que, como aponta Mello (1982), a predominância a partir do ano de 1946 era de que as exportações de capitais ocorressem mais frequentemente de um país central para o outro, de forma que, países periféricos como o Brasil ficasse de fora de um possível fator removedor de limitação que se sucederia até 1956. Para além disso, havia motivos internos agravados pela natureza da orientação política da época junto a falta de objetividade dos gastos públicos. Mello (1982), ressalta em especial a fragilidade das bases técnicas da acumulação que bloquearam o investimento externo para uma gama de setores

Vargas retorna ao poder então em 1950, através do voto popular, reafirmando sua política nacionalista com foco no protagonismo do Estado em relação ao capital estrangeiro. O novo governo Vargas continuou o fortalecimento da infraestrutura produtiva e financeira nacional, criando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952 e a Petrobras em 1953, fazendo com que, através dessas instituições, fosse possível impulsionar a industrialização ao passo que se

ampliava a autonomia brasileira. Porém, no âmbito político, a conciliação entre capital e trabalho, diferentemente do seu governo anterior, se tornou cada vez mais difícil de sustentar. Mendonça (2004) aponta que grupos conservadores ganharam apoio crescente de setores da classe média e de oficiais do Exército com suas ideias oriundas do liberalismo econômico e do capital estrangeiro, tal apoio aprofundou as tensões políticas à época. Devido a queda do preço do café no início dos anos 1950, a crise política agravou, prejudicando o ingresso de divisas e reservas de ouro, esses eram fatores indispensáveis para que o projeto industrializando de Vargas continuasse a ganhar corpo.

As restrições resultantes do agravamento da crise de preços e o crescendo desgaste político, culminaram no suicídio de Getúlio em 1954, levando com ele um ciclo de sua política nacionalista e resultando no nascimento de uma nova fase da industrialização brasileira.

2.4.2 INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA

O prelúdio da nova fase da industrialização brasileira ocorre com a eleição de Juscelino Kubitschek (1956-1961), onde tal fase ficou marcada pela integração do capital estrangeiro ao modelo de desenvolvimento econômico, que como aponta Mello (1982), trouxe inovações no sistema produtivo por meio de um salto tecnológico, além de ampliar a capacidade produtiva, marcando um novo padrão de acumulação que firmou a fase conhecida como processo de industrialização pesada. A nova fase trouxe consigo um ritmo acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e bens duráveis de maneira que a expansão ocorreu antes mesmo do que era previsível no mercado, tal forma de expansão se diferenciava do padrão visto na acumulação “horizontal” na fase de industrialização restringida.

JK demonstrou forte habilidade de conciliação entre os capitalistas nacionais e os investimentos externos, articulando uma ampliação nas fronteiras de acumulação e produção industrial. Com este modelo, foram oferecidos incentivos significativos às empresas estrangeiras, tais como isenções fiscais, facilidades de importação e acesso a mercados estratégicos. Em contrapartida, tais empresas eram incentivadas a estabelecer associações com o capital nacional com o objetivo de criar novos blocos de investimento. Foi apenas através do apoio estatal e do influxo do novo capital externo (sob forma de capital produtivo) que foi possível a expansão industrial pesada.

Diferentemente de Dutra, JK utilizou estrategicamente os mecanismos criados no segundo governo Vargas para que estes fossem uma alavanca para o desenvolvimento industrial. O uso da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foram de suma importância para garantir o controle cambial e viabilizar o Plano de Metas, que segundo Mantega e Moraes (1980) e Serra (1982), foi um programa que visava acelerar o crescimento industrial e modernizar a economia brasileira.

Mantega e Moraes (1980) apontam que o uso dos mecanismos foram responsáveis por consolidar um modelo industrial calcado pela concentração de capital e pela formação de estruturas oligopolistas. O papel do BNDE foi crucial para garantir suporte financeiro aos projetos industriais estratégicos, enquanto os controles cambiais atuavam como facilitadores para importação de bens de capital sem os quais não seria possível o avanço da infraestrutura produtiva. O resultado desse arranjo foi um aumento inegável na industrialização ao passo que a concentração econômica em setores dominados por grandes conglomerados industriais era acentuada.

Foi durante o governo de Juscelino que foi consolidada a matriz produtiva nacional, composta pelos setores de bens de consumo, bens de produção e bens de consumo duráveis. Mendonça (2004) ressalta que o Brasil já dispunha de indústrias leves com vasta mão de obra e indústrias pesadas com grande volume de capital, essa combinação por si só, ampliava sua base industrial.

O aumento da base industrial trouxe elevadas margens de lucro que atraíram empresários com disposição para diversificar seus investimentos. Com o fenômeno do deslocamento do contingente da população do setor agrário para o setor industrial aliado ao crescimento urbano, elevou-se o poder de consumo total, apesar dos salários baixos. De acordo com Mendonça (2004), tal contexto, junto à disposição de multinacionais estadunidenses em investir no território brasileiro devido ao cenário internacional favorável, criou condições perfeitas para expansão e modernização da estrutura industrial do país.

Mendonça (2004) ressalta ainda que durante o governo JK, houveram transformações significativas no padrão industrializante, marcadas por mudanças no perfil de investimento e financiamento. Diferentemente do governo anterior, o capital

estrangeiro financiou fortemente a industrialização. Multinacionais como a Volkswagen, Mercedes-Benz, General Motors e Ford tiveram papel central no setor de bens de consumo duráveis. Isso foi possível somente após o desmonte das restrições impostas por Vargas. Esse movimento marcou um pico de investimento estrangeiro no Brasil na década de 1950, segundo dados do Banco Central do Brasil (BACEN, 2024), o montante de investimento externo direto saltou de uma média de 61 milhões de dólares ao ano em 1947 a 1955 para uma média de 145 milhões de dólares ao ano entre os anos de 1956 e 1962, consolidando assim o protagonismo do capital externo nos quesitos de diversificação e modernização da economia industrial.

Todavia, apesar do protagonismo estrangeiro, JK manteve em seus ideais seguir fazendo com que o governo tivesse papel central no planejamento econômico. Foi então implementado o Plano de Metas, que, como ressalta Mendonça (2004), buscou acelerar o desenvolvimento do país utilizando intensivamente o aparato burocrático estatal, além de recorrer a emissões monetárias significativas, que contribuíram para o aumento da inflação naquele período, com o intuito de alcançar “cinquenta anos em cinco”.

O Plano de Metas foi um marco, com um foco estratégico nos segmentos de energia (elétrica, nuclear, carbonífera e petrolífera), transporte (rodoviário, portuário e aéreo), indústrias de base (cimento, maquinário pesado, equipamentos elétricos, alumínio e veículos motorizados) e alimentos, enfatizando nesse aspecto a produção de fertilizantes e mecanização agrícola. Bastos e Costa (2021), apontam ainda que o plano também incluiu a construção de Brasília como forma de integração econômica e reforçamento do isolamento do poder decisório para reduzir os conflitos políticos.

Ainda segundo Bastos e Costa (2021), os resultados do plano foram expressivos, com altos níveis de realização nos setores de energia, com 83% de entrega, cimento com 99% de entrega do planejado, transportes com 78% e uma forte expansão do setor automobilístico. As contradições e problemas marcaram presença na forma da falha da integração logística, onde predominou o modo de transporte rodoviário, enquanto as ferrovias tiveram apenas um terço das entregas previstas. Outro setor com entregas insuficientes foi o de alimento, este não atendeu as metas que foram propostas, sendo um agravante no que tange a acesso à alimentação.

Apesar dos avanços na industrialização do Plano de Metas, especialmente no que tange o fortalecimento do setor de bens duráveis, o plano trouxe também implicações econômicas de cunho negativo. Mendonça (2004) destaca o aumento da dívida externa como principal efeito, atribuída principalmente à presença predominante de multinacionais estrangeiras no setor da indústria, que consequentemente elevam o envio de remessas de lucros e divisas aos países centrais, também se considera um dos fatores o financiamento do desenvolvimento através de aumento na emissão de papel-moeda, o qual gerou grande desvalorização do cruzeiro. Outro problema foi crescimento desproporcional em diferentes setores da indústria. Enquanto as multinacionais avançavam com celeridade, as empresas nacionais, que atuavam como fornecedoras, não foram capazes de acompanhar o ritmo veloz dos estrangeiros. Como resultado, houveram gargalos que tiveram de ser supridos através das importações, ampliando o déficit na balança comercial, desvalorizando a moeda e contribuindo para o aumento da inflação.

Embora exitoso em muitos aspectos, o Plano de Metas mostrou que há muitos desafios e limites dentro de um modelo de desenvolvimento calcado em participações volumosas do capital estrangeiro. Não deve ser excluído também uma das maiores características da industrialização no período Kubitschek, a concentração de renda. As contradições do modelo de JK se tornaram evidentes, culminando em uma crise severa no início dos anos 1960, a crise se alastrou para os âmbitos político e social que posteriormente resultaria no golpe militar de 1964, pois, para Bresser-Pereira (2014), a renúncia de Jânio Quadros e a ascensão de João Goulart apenas agravaram as tensões herdadas. Os salários foram corroídos pela inflação, houve estagnação na geração de empregos e deterioração do poder de compra da população, foram esses os efeitos colaterais de uma queda nos investimentos resultantes da limitação do projeto nacional-desenvolvimentista dependente do capital externo.

Ao assumir a presidência em 1961 após renúncia de Jânio Quadros, João Goulart enfrentou um cenário de crises fiscais, monetárias e na balança de pagamentos, crise essa que foi agravada ante um cenário de hostilidade internacional e interna, pois, devido a Revolução Cubana, o governo dos Estados Unidos adotou uma postura contrárias às forças trabalhistas que sustentavam Goulart. Nesse mesmo cenário, o Congresso conservador, aliado as oligarquias latifundiárias e ao empresariado,

resistia a qualquer proposta de reforma. Nesse contexto, como apontam Mendonça (2004) e Saad Filho e Moraes (2018), junto a uma crescente pressão das greves e reivindicações populares, que houve um aumento nos antagonismos de classe, resultando na formação de uma aliança que culminou no golpe militar de 1964.

O golpe de 1964 representou a cristalização entre setores conservadores das classes médias urbanas, capital industrial moderno, proprietários de terra e militares, formando uma nova base de poder. Não obstante, conforme Mendonça (2004), Bresser-Pereira (2014) e Saad Filho e Moraes (2018), não houve ali uma ruptura na política econômica. A cristalização ali consolidada foi um mero aprofundamento da integração com o capital estrangeiro que seguiria uma estratégia de desenvolvimento tocada por um regime burocrático-autoritário. A característica central da economia brasileira foi mantida com um viés concentrador e internacionalizante, a política econômica teve como intuito o fortalecimento da acumulação de capital e reforçamento da dependência do capital externo, nada mudaria no que tange ao aspecto de modelo de industrialização por substituição de importações.

Foi no governo de Castelo Branco que houve a primeira grande mudança. Os militares implementaram o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), elaborado por Roberto Campos, que diagnosticava a crise econômica dos anos 1960 a partir de uma visão ortodoxa. Como visto em Mendonça (2004) e Saad Filho e Moraes (2018), o diagnóstico de Campos atribuía o fenômeno da inflação aos déficits públicos recorrentes, a expansão exacerbada de crédito e aos ganhos salariais superiores à produtividade.

A estratégia de Campos consistia em adotar uma política macroeconômica contracionista, posta em prática pelo recém criado Banco Central, com foco no controle da inflação, incluindo arrochos salariais e restrições ao crédito. Contudo, a inflação não foi controlada, o que fez com que o governo adotasse uma abordagem com viés mais gradual, como o tabelamento de preços de produtos industriais, pois se acreditava que tal medida poderia conter os aumentos.

Foi então após o período inicial de ajustes e recessão no governo Castelo Branco que a ditadura deu início ao ciclo de expansão industrial com altas taxas de crescimento econômico, especialmente entre 1968 e 1973, o chamado “Milagre

Econômico”. Sustentado pelo Pacto Autoritário-Modernizante, que, segundo Mendonça (2014) e Bresser-Pereira (2014), refletiu um modelo similar ao de Vargas, porém trazia consigo características profundamente excludentes e repressoras. Ainda assim, a ditadura seguiu mantendo sua legitimidade através da repressão política e do crescimento econômico puramente concentrado nas regiões Sul e Sudeste. As atuações sindicais eram restringidas por meio da Doutrina de Segurança Nacional e a Lei de Greve, seus líderes eram criminalizados e enquadrados como subversivos. Dessa forma, o capital era favorecido e a classe trabalhadora seguia sofrendo repressão.

O Pacto Autoritário-Modernizante implementado durante a ditadura militar apresentava um caráter nacionalista e desenvolvimentista que priorizava empresas nacionais enquanto fortalecia o papel estratégico do Estado no planejamento econômico. Essa tendência foi intensificada no governo Geisel com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Apesar do protagonismo estatal, o regime manteve uma estreita relação com o empresariado industrial e empresas multinacionais. Conforme Bresser-Pereira (2014), tal modelo era baseado em um "tripé modernizante", composto pela burguesia nacional, a tecnoburocracia e representantes de interesses estrangeiros. Esse arranjo contribuiu significativamente para a modernização do parque industrial brasileiro, que avançava em direção à integração plena, consolidando o setor industrial como pilar central da economia.

O período conhecido como “Milagre Econômico” foi impulsionado por elevados investimentos públicos em infraestrutura, financiados por recursos externos e pela expansão do setor de bens de consumo duráveis, tal expansão se deu devido ao estímulo de crédito direcionado à classe média. Segundo Saad Filho e Moraes (2018), a recuperação econômica se deu através do uso da capacidade ociosa da indústria, do influxo de capitais estrangeiros, da maior demanda das camadas mais abastadas e uma expansão do crédito doméstico, fortalecido também pelos subsídios às exportações e ao aumento dos investimentos públicos. O resultado foi uma taxa de crescimento econômico na casa dos 10% ao ano.

Como aponta Mendonça (2014), a política de expansão e diversificação da pauta exportadora não implicou o abandono da proteção industrial ou da substituição de importações (que passou a focar na produção de bens de capital e indústrias

pesadas). O produto resultante dessas políticas foi a queda da participação do café nas exportações, que caiu de 60% em 1949 para 13,4% em 1979, enquanto os bens manufaturados cresceram de 10% para 55% entre 1964 e 1985, conforme indicam Serra (1982) e Bresser-Pereira (2014). Essa modificação no eixo econômico do país tornou a economia brasileira menos vulnerável às flutuações dos termos de troca no comércio exterior e garantiu maior estabilidade nas receitas de exportação.

É digno ressaltar que, durante a ditadura militar, houve um aprofundamento na dependência do petróleo que havia ali se tornado um núcleo dinâmico da economia brasileira, sendo isso um reflexo da tendência iniciada no pós-guerra. O alto investimento nos setores petroquímico e petrolífero foi um complemento a centralidade da indústria automobilística e de construção civil nos anos 1950. Como visto em Serra (1982), no ano de 1976, 80% das dez maiores empresas do país estavam diretamente relacionadas ao consumo de petróleo, sendo então estratégico o aumento de investimento nesse setor.

A expansão econômica do Brasil, aprofundada durante o período do “Milagre Econômico”, foi impactada abruptamente pelo primeiro choque do petróleo, em 1973. Tal evento, de magnitude global, levou a um aumento elevado da inflação, piorando ainda mais a situação dos preços internos que já eram tidos como vulneráveis, além de prejudicar também o balanço de pagamentos, conforme observou Serra (1982). O choque foi tamanho que redesenhou a economia mundial, introduziu um cenário de estagflação nos países centrais desenvolvidos marcando um período de retração externa na liquidez e um agravamento do protecionismo dos mercados ricos, como pontuam Mendonça (2004) e Rodrik (2012).

O governo brasileiro estava diante então de um dilema, entre as escolhas haviam duas alternativas que foram consideradas à época, a adoção de um ajuste contracionista ou o reforçamento do intervencionismo estatal e política industrial, esta última dependeria do financiamento externo. Castro e Souza (1985), Bresser-Pereira (2014) e Saad Filho e Moraes (2018) corroboram ao apontar que Geisel escolheu a segunda opção, ampliando então a intervenção da máquina do governo como uma tentativa de reduzir os danos e manter o crescimento mesmo em um contexto de retração.

Assim foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) entre os anos de 1974 a 1979, o projeto tinha como objetivo superar o subdesenvolvimento e impulsionar o progresso nacional no que tange a economia. De acordo com Castro e Souza (1985), o plano foi estruturado em torno de megaprojetos que foram conduzidos por empresas estatais em parceria com os capitais nacionais e estrangeiros, tendo como foco a criação e expansão de indústrias de alta tecnologia em setores considerados estratégicos, tais como petroquímica, metalurgia, aeronáutica, construção naval e energia. Ao promover a substituição de importações no setor de bens de produção, o plano buscou mitigar a dependência de importações ao passo que se fortalecia o complexo industrial do país. Mendonça (2004), expõe que o plano pretendia também equilibrar os gastos com importações e ampliar a autonomia produtiva das empresas nacionais ao integrar diversos tipos de capital entre os setores, de forma que, a meta de longo prazo, seria facilitar o gerenciamento da dívida externa e consolidar com robustez e diversificação do parque industrial nacional.

Para dar concretude ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), foi necessário um forte financiamento externo, empréstimos internacionais e poupança externa. As empresas estatais contraíram dívidas em dólares ao passo que estas mantinham os preços na rédea numa tentativa de controle inflacionário. A estratégia foi ineficaz, pois, como destacam Serra (1982) e Bresser-Pereira (2014), embora apresentasse no curto prazo alguma eficácia, a tática contribuiu para crises financeiras nas empresas estatais nas décadas seguintes. Durante o período, a dívida externa subiu de 10 bilhões de dólares em 1972 para 26 bilhões de dólares em 1976. Saad Filho e Morais (2018) ressaltam ainda que a inflação alcançara níveis preocupantes chegando a taxa anual de 40%.

O plano deu início a uma ruptura do poder dentro da coalizão que sustentava o regime. Bresser-Pereira (2014) e Saad Filho e Morais (2018), apontam que o crescimento do intervencionismo gerou insatisfação por parte do empresariado nacional, em particular o paulista, que naquele momento passou a defender uma economia mais privatizada com o protagonismo do setor privado e um recrudescimento do setor estatal. Tal insatisfação foi evidenciada pela campanha de desestatização promovida pelo setor privado que viam como excessivas as políticas estatais. Para além disso, o plano enfrentou o aumento da dívida externa e uma

inflação significativa em constante crescimento. Os desafios econômicos junto a insatisfação do empresariado foram fatores que marcaram o início do deterioramento do apoio político ao modelo autoritário-desenvolvimentista.

Esse cenário também foi propício para o surgimento de novos atores políticos e sindicais, como apontado por Serra (1982), entre os anos de 1940 e 1980, a população economicamente ativa no setor manufatureiro aumentou de 10,3% para 25,3%. Tamanha expansão foi acompanhada por uma concentração de trabalhadores em áreas industrializadas, como o ABC Paulista, que se tornou o núcleo do sindicalismo devido a alta densidade de trabalhadores nas grandes fábricas. O sindicalismo resultante dessa nova configuração era mais organizado e mobilizado no que tange os aspectos de defesa de melhores condições de trabalho e maior participação política por meio de greves que se tornaram instrumento marcante contra o regime ditatorial. Tais manifestações eram reflexos das tensões econômicas e das contradições sociais geradas pelo modelo adotado durante a ditadura militar.

O modelo adotado também ficou marcado por acentuar a concentração de renda no Brasil. Como demonstram Serra (1982) e Mendonça (2004), nos anos de 1960 a 1970, a participação dos 20% mais ricos na renda nacional subiu de 54% para 62% em detrimento da queda da participação dos 20% mais pobres, a qual caiu de 17,7% para 11,8%. Fica evidente então a exclusão de uma parcela significativa da população dos benefícios gerados pelo crescimento econômico do período do milagre. A drástica concentração de renda junto a manutenção de elevadas taxas de pobreza absoluta, comprometeram a coesão social e contribuíram para o desgaste ainda maior do regime, politicamente falando.

A deterioração da ditadura militar no Brasil ocorre em meio a uma combinação de fatores econômicos globais e domésticos que viriam a selar o destino do modelo nacional-desenvolvimentista da época. O segundo choque do petróleo, junto ao aumento drástico das taxas de juros nos Estados Unidos em 1979, resultou num estrangulamento econômico significativo. Como apontado por Mendonça (2004) e Saad Filho e Moraes (2018), esses eventos geraram graves impactos inflacionários e comerciais, pressionando a balança de pagamento do Brasil. A dívida naquele cenário (1980) já havia atingido os 54 bilhões de dólares enquanto a inflação passava da casa dos 100%.

Os anos 1980 marcaram o fim da ditadura militar diante do colapso ocorrido. A década seguinte foi objeto da transição democrática e da luta obscura contra a escalada hiperinflacionária. Nesse cenário, o planejamento econômico e o desenvolvimento industrial deixaram de ser prioridades, substituídos pela busca urgente por estabilidade monetária, como indicava o último presidente militar, João Figueiredo de acordo com Mendonça (2004) e Saad Filho e Moraes (2018). Tal contexto prenunciou uma mudança nos paradigmas econômicos que culminariam no redirecionamento das políticas nacionais.

O encerramento do regime marcou também o fim do ciclo histórico iniciado em 1930, que mesmo com as contradições sociais e políticas (mortes, torturas, perseguições, exílios e censura), o Brasil conseguiu se transformar em uma nação industrializada e urbanizada, consolidando uma economia moderna. Como destaca Bresser-Pereira (2014), esse ciclo, apesar de limitado, representou um arranque significativo para a economia brasileira, alocando o país em uma trajetória inexistente até então.

3. CUBA: FORMAÇÃO HISTÓRICO-ECONÔMICA ENTRE 1500 A 1980

3.1. A COLÔNIA E MODELO DE EXPORTAÇÃO ESCRAVAGISTA

A Ilha hoje chamada de Cuba foi invadida pelos europeus quando Cristóvão Colombo, em 27 de outubro de 1492, a encontrou. Ao chegar, batizou a ilha de *Juana* em homenagem a Joana de Castela, filha do Rei da Espanha à época, Fernando II. Contudo, o nome nativo, “Cuba”, resistiu. Pomar (2016) nos aponta o caráter exploratório dos colonizadores espanhóis que invadiram a ilha, tanto no aspecto da exploração da vida, que vai desde a aniquilação das populações indígenas, até a implantação do modelo escravagista de plantação de cana, café e tabaco, de forma que Cuba, devido sua posição geográfica estratégica, se tornasse uma escala para as naus que cortavam as rotas entre a Europa e a América do Norte.

O modelo de produção baseado no trabalho escravizado, segundo Pomar (2016), fez surgir uma classe de latifundiários que ficou conhecida como a aristocracia *crioulla*, que no século XIX, se tornaria a principal exportadora de açúcar e café. Tal aristocracia, refém da Coroa espanhola que lhe cedeu as terras que deram base ao seu império de café e açúcar, se recusou a participar dos movimentos que trariam independência a América Latina e o Caribe, pois, tinham como certo que a Coroa garantiria o envio constante da mão de obra escrava e, conseqüentemente, a garantia da produção de riquezas ainda maiores.

Mas, assim como no Brasil, a pressão dos ingleses que compunham a burguesia industrial recém formada para cessar o comércio negreiro e findar o escravismo eram muito crescentes. A influência dos ingleses vinha impedindo que a Coroa espanhola atendesse os anseios da aristocracia *crioulla*. Pomar (2016) ainda aponta que a saída encontrada pela aristocracia foi tecer um acordo de anexação junto a república independente norte-americana que acabara de nascer e tinham no Sul do país o modo de produção predominantemente escravagista. As condições ali foram favoráveis para que, após a abertura dos portos cubanos em 1818, a nova república se tornasse a fornecedora de produtos manufaturados e mão de obra escrava ao passo que eram importadas quantias vultuosas de açúcar e tabaco.

Aviva Chomsky (2015) aponta que mais de um milhão de Africanos foram levados a força para Cuba até 1866, e, devido à pressão dos ingleses para cessar a

escravidão, os latifundiários recorreram a China que naquele período fazia parte dos países onde se estendia a sombra da Inglaterra, de maneira que, até meados do século XIX, cerca de cem mil chineses foram levados para trabalhar na ilha em situação análoga à escravidão. Pomar (2016) ainda aponta que aumento o constante da oposição britânica fez com que consequências econômicas de nível fundiário recaíssem sobre os donos do setor açucareiro, dos quais 95% tiveram de ser hipotecados para que fosse possível se manter. No pós-independência dos Estados Unidos, alguns setores latifundiários da ilha começaram a abraçar as ideias liberais vigentes na América do Norte e Europa, que, de maneira gradual ocasionou a substituição do escravismo.

Esse cenário foi favorável para que ocorresse a primeira guerra de independência, no ano de 1868, que por sua vez mobilizou setores sociais tidos como intermediários, urbanos e rurais que alcançaram esse patamar devido a ampliação do comércio externo, como apontado por Pomar (2016). A primeira tentativa de independência, “República em armas”, como ficou conhecida, ocorreu por uma década e teve a derrota como resultado. Entretanto, ficou o legado que fez com um crescente número de independentistas compreendessem que apenas a revolta armada seria capaz de derrotar os colonizadores espanhóis.

De acordo com as informações apontadas por Chomsky (2015), a primeira guerra civil cubana teve seu início após o latifundiário Carlos Manuel de Céspedes lançar o “Grito de Yara”, libertando seus escravos e os convocando para luta pela independência da ilha. Esses, junto a José Martí foram figuras centrais para o avanço da libertação que fora ali proposta.

3.2. INDEPENDÊNCIA DA COLÔNIA E DEPENDÊNCIA EXPORTADORA

Uma luta pela independência não ocorre sem deixar algumas marcas. Nesse período, a crise de produtividade do escravismo chegou aos latifundiários de tal sorte que a queda da produção açucareira junto a queda dos preços internacionais causaram mudanças na sociedade de Cuba que foram muito importantes para o andamento da luta e da configuração econômica da época. Pomar (2016) salienta que parte dos aristocratas *criollos* iniciaram um investimento massivo na indústria, que consequentemente gerou um proletariado, enquanto os demais se renderam aos

novos capitalistas norte-americanos e ingleses que tinham como interesse as terras e a produção agrícola. Para além disso, em 1886, a abolição da escravidão fez com que uma grande quantidade de libertos procurasse terras e trabalho, muito similar ao Brasil no pós-alforria. Forças nacionais e estrangeiras disputavam o poder da ilha, foi em meio a essa disputa que Martí deu concretude teórica à revolução que ali era embrionária, foi através da proposição que visava construir uma nova sociedade em consonância com a ideia da necessidade de uma guerra revolucionária que transformasse socialmente a realidade de Cuba e a libertasse do colonialismo que atracou ali há séculos. O fruto dessa provocação foi colhido em 1895 ante a criação do Partido Revolucionário Cubano (PRC).

Os efeitos da guerra da independência foram devastadores. A luta foi um dos fatores que causou a derrubada da base econômica que sustentava o país, tendo em vista que uma das mais importantes estratégias era a queimada de canaviais e equipamentos produtivos essenciais para produção contínua, para além disso, a participação popular fez com que os latifundiários arrasados buscassem refúgio na solução apresentada pelo governo dos Estados Unidos, ou seja, a anexação de Cuba. Devido a ruína e o alarmante crescimento da dívida por conta da luta, a Espanha ficou sem recursos para continuar a guerra que, naquele ponto, já durava três décadas. Pomar (2016) apontou que os colonizadores já não tinham outra saída a não ser capitular os resultados da guerra e pedir pela paz, ao passo que os Estados Unidos caminhavam para se estabelecer como uma potência capitalista, e com isso, a onda do imperialismo estadunidense ameaçava se espalhar pelas Antilhas. A única saída para Cuba seria conseguir sua independência, contudo, Martí, uma das vozes mais proeminentes, foi morto em combate no mesmo ano da fundação do Partido Revolucionário Cubano (RPC), 1895, de forma que sua voz não pode ser mais ouvida a ponto de interferir, junto ao povo, no processo de insurreição da ilha. O direito à independência de Cuba foi revogado pelos Estados Unidos numa ação conjunta com Inglaterra e França em 1898 e as forças armadas norte americanas enfim intervieram na guerra entre Espanha e Cuba.

Naquele contexto, como consta em Pomar (2016), os Estados Unidos impuseram diversas medidas ao colonizador original da ilha, de maneira que lhes foram tomadas, para além de Cuba, as Filipinas, Guam e Porto Rico. Tal ação foi a

concretização da primeira guerra que marcaria a nova era de divisão do mundo sob a égide o imperialismo.

Os patriotas cubanos foram incapazes de se organizarem novamente, os Estados Unidos estabeleceram em Cuba a Base Naval de Guantánamo em 1º de janeiro de 1899 juntamente com a nomeação de um general como governador de Cuba, Pomar (2016) ainda aponta que os novos colonizadores, impositivamente, solicitaram a inclusão do direito de intervir na Constituição do país, além de dissolver o Exército Revolucionário Cubano e o Partido Revolucionário de Cuba. Sem mais restrições, as empresas do norte começaram a avançar na ilha, substituindo os latifundiários em sua grande maioria assim como os empresários industriais *crioullos*. A investida dos Estados Unidos deixou a ilha subordinada de forma semicolonial ao realizar volumosos empréstimos financeiros e impondo muitos de seus ideais culturais. Apenas em 1902 os aristocratas *crioullos* obtiveram algum poder dentro do governo cubano.

3.3. O NOVO COLONIZADOR E A ECONOMIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA CAPITALISTA

Pomar (2016) afirma que no início dos anos 1920, os Estados Unidos monopolizavam o sistema comercial de cuba, garantindo para si vantagens aduaneiras e um vasto controle sobre o crédito e da produção açucareira na ilha. As empresas de grande porte do país eram todas norte-americanas, o ramo da mineração, energia e agricultura já dominava toda a ilha, diante disso, os aristocratas cubanos passaram a se indispor pois acreditavam que seus interesses poderiam não se manter preservados ante tamanha dominação. Não era do interesse dos Estados Unidos fortalecer o desenvolvimento e a indústria em Cuba, o desemprego era grande, os salários baixos e a dívida pública só crescia. Segundo o autor, em 1925 existiam apenas 703 fábricas que empregavam ao em torno de 14 mil operários.

Segundo Herrera (2022), mais de 20% das terras cubanas eram utilizadas apenas para o plantio de cana-de-açúcar. Diante dessa situação e do agravamento das mazelas do povo cubano, uma crise era inevitável.

Uma tentativa para evitar a crise ocorreu através da ascensão de Gerardo Machado à presidência no ano de 1925, este seria o ator conciliador que realizou

concessões para as camadas social e política, reformando a Constituição e implantando uma ditadura.

Tal cenário piora na crise de 1929 quando os Estados Unidos aumentaram as taxas alfandegárias. Um choque para ilha, pois esta era quase que dependente das exportações de suas matérias primas para as terras do colonizador, tendo em vista que a ilha era incapaz de realizar o refinamento de sua própria matéria prima devido a sua baixa complexidade industrial. Em meio a isso, diversos movimentos sociais foram se fortalecendo por influência de correntes anarquistas e comunistas, todavia as classes dominantes passaram a utilizar repressão policial-militar e a ação de sindicatos chamados “amarelos”, que, segundo Pomar (2016) disputavam a influência das massas trabalhadoras para torná-las favoráveis aos patrões. É válido pontuar aqui que as ações de Machado foram incapazes de impedir a insurreição popular, onde as forças de oposição, especialmente estudantes, se fizeram presentes e agiram conjuntamente para lançar greves, atentados e sabotagens, deixando o país em uma situação hoje vislumbrada como pré-revolucionária. Foi então que, devido a inabilidade de enfrentar uma greve geral, Machado fugiu de Cuba e foi substituído por um governo provisório.

Fica claro que, para o povo Cubano, uma política que não os favorecesse jamais seria aceita. Contudo, devido ao vácuo deixado por Machado, o governo provisório foi derrubado através de um golpe realizado ainda em 1933 por Fulgêncio Batista. Cuba então passou por uma piora, que, segundo Pomar (2016), deixou que os pretextos legais do imperialismo americano não fossem mais necessários para validarem suas ações na ilha, os capitais de seus investidores tinham total liberdade. Isso fez com que a situação popular piorasse cada vez mais, o campesinato assim como a pequena burguesia urbana sofreram um processo de proletarização, que consequentemente, naquele cenário, levou à radicalização de suas atitudes políticas mesmo perante a vigília paramilitar de Batista.

A participação do novo colonizador na Segunda Guerra Mundial movimentou a organização econômica da ilha, que segundo Pomar (2016), houve um aumento na exportação de açúcar que consequentemente trouxe consigo um aumento na empregabilidade cubana. Ao fim da guerra, a produção de açúcar em Cuba cresceu 40%, sendo que sua produção era quase toda exportada para os Estados Unidos.

Politicamente falando, a Segunda Guerra Mundial fez com que fosse possível a criação de uma frente única nacional que incluía Batista e em um extremo e os comunistas no outro. Em 1944 Batista se vê obrigado a realizar eleições devido ao cenário social da ilha, no embate, Batista teve sua cadeira perdida para Ramón Grau, do Partido Revolucionário Cubano (PRC), que havia, naquele ponto, se tornado uma representação política da classe dominante associada aos Estados Unidos. Esse período particular ficou marcado por uma presença forte da violência e da corrupção dos governos juntamente com as classes dominantes. Para combater esse movimento, o Partido do Povo Cubano, de cunho Ortodoxo, foi fundado em 1947 tendo como líder um dos participantes da luta contra a ditadura de Machado, o advogado Eduardo Chibas.

Pomar (2016) nos recorda que o Partido Ortodoxo foi de suma importância para o fortalecimento da consciência do povo cubano no que tange aos ideais patrióticos, sendo Fidel Castro um de seus principais membros.

O resultado da eleição seguinte também foi favorável ao Partido Revolucionário Cubano, dessa vez com Carlos Prías como vencedor da disputa em 1948. Naquele período já havia uma forte tensão no mundo devido ao contexto da guerra fria, do forte movimento das massas, das contradições entre os membros das classes dominantes; foi um momento conturbado que culminou, em 1952, no segundo golpe militar imposto por Fulgêncio Batista, que declarou apoio total aos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Diante disso, os Norte-americanos transformaram Cuba novamente em sua subordinada, fazendo com a ilha fosse um ambiente oportuno para que as organizações mafiosas do continente pudessem ali se aglutinar.

O resultado disso foi um agravamento dos problemas da ilha, pois, um país refém interna e externamente é incapaz de, efetivamente, dar qualquer tipo de resposta que venha a beneficiar sua população. Naquele período, como aponta Pomar (2016), as massas não detinham nem mesmo o direito de votar, enquanto as oligarquias desfrutavam de uma situação que nada tinham a ver com a realidade concreta da classe trabalhadora. A propaganda difundida pelas oligarquias era calcada nos dados que apontavam que renda a *per capita* da ilha era tida como a segunda maior do Caribe, que Cuba detinha o maior número de televisores, telefones e automóveis, além de ser a quarta ilha em termos de alfabetização e a terceira no

consumo diário de alimentos. Contudo, é importante notar que Havana, capital de Cuba, concentrava cerca de 10% da população da Ilha na época, e para além disso detinha 80% das construções, 70% do consumo de energia, 60% dos salários, mais de 70% dos telefones e 60% dos automóveis, ao passo que 68% da população rural viviam em moradias onde o piso era de chão de terra batida cobertas por palma e 85% não possuía água potável e mais da metade não tinha sistema de esgoto sanitário a sua disposição. As condições ali eram desfavoráveis em todos os aspectos para as massas.

No que tange aos aspectos de salário, a renda dos trabalhadores agrícolas chegava ao valor diário de 25 centavos de peso, e como aponta Pomar (2016), era mínima a quantidade de famílias que tinham acesso a alimentos básicos como ovos, leite e carne. De um contingente de 6 milhões de habitantes, apenas 223 mil estavam trabalhando em algum tipo de regime que garantia um pagamento parcial, 154 mil trabalhavam sem remuneração e 361 mil eram desocupados.

A classe trabalhadora assalariada reunia aproximadamente 327 mil operários na indústria, 395 mil no setor de serviços, 232 mil no comércio e 104 mil nos transportes. Na agricultura, o contingente de trabalhadores, assalariados ou não, superava 800 mil pessoas. Dos territórios agrícolas, 70%, os quais eram correspondendo a cerca de 9,0 milhões de hectares, estavam nas mãos de 159 mil proprietários privados, enquanto os 30% restantes (cerca de 1,78 milhões de hectares) eram constituídos por terras devolutas. Pomar (2016) ainda nos traz que a concentração fundiária era marcante pois cerca de 32 mil propriedades abrangiam 80 mil hectares; outras 30 mil possuíam 210 mil hectares; e aproximadamente 24,5 mil propriedades detinham 261 mil hectares. Notava-se ainda que 780 proprietários controlavam um total de 1,22 milhões de hectares. A indústria açucareira, ocupando 70% das terras, absorvia 54% da força de trabalho empregada. Por outro lado, as 2.340 indústrias não açucareiras, com uma média de 100 trabalhadores cada, empregavam os 46% restantes da mão de obra. O contraste entre as estruturas era exacerbado com a opulência das empresas norte-americanas, da classe açucareira, da burguesia compradora, assim como máfia e dos altos funcionários governamentais.

A partir da análise de Pomar (2016), as propriedades agrícolas controladas por empresas norte-americanas eram responsáveis por 40% da produção de todo o

açúcar na ilha, além disso, as empresas detinham grande parte da infraestrutura de serviços essenciais, incluindo 90% dos serviços de eletricidade e telefonia, 50% das ferrovias e 23% da indústria não açucareira.

Em 1958, os investimentos americanos em Cuba já ultrapassavam US\$ 1 bilhão, enquanto o capital privado cubano nos Estados Unidos, que no início dos anos 1950 somava mais de US\$ 260 milhões, alcançou US\$ 600 milhões em 1955. Nesse contexto, o sistema neocolonial vigente em Cuba enfrentava uma incapacidade crescente para resolver os problemas mais básicos e essenciais de sua população, particularmente em relação às necessidades alimentares. A democracia representativa perdeu sua força e legitimidade política perante o povo, pois ali, era um sistema incapaz de responder às suas demandas, enquanto a ditadura de Batista, desgastada também na visão da elite americana, se tornava insustentável para os cubanos. Tudo isso ocorria durante um momento histórico marcado pela expansão de revoluções e lutas de libertação na Ásia e na África, pela ascensão do socialismo no Leste Europeu e na Ásia, e pelo esforço dos Estados Unidos em consolidar sua posição de grande potência dentro do mundo capitalista.

3.4. A REVOLUÇÃO E O MODELO DE ECONOMIA PLANIFICADA

Em meados de abril do ano de 1953, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), liderado por Rafael García Bárcena, lançou a primeira tentativa armada contra o regime ditatorial de Batista. Em 26 de julho daquele ano, um grupo de jovens liderados por Fidel Castro, atacou o Quartel Moncada. Ainda que o ataque tenha fracassado e provocado uma brutal repressão, o ataque teve grande impacto social, revelando um movimento orgânico e independente das forças políticas tradicionais, com o objetivo de armar o povo contra a ditadura. Pomar (2016) evidencia que esse evento trouxe à tona a já conhecida tradição revolucionária cubana, o que reforçou ainda mais a ideia de luta armada como meio de libertação. Seis anos depois, em 1º de janeiro de 1959, Fidel Castro junto ao Exército Rebelde entraram em Havana, forçando Batista e a elite cubana a fugir para as terras do seu novo colonizador. Com isso, as estruturas de poder oligárquicas se desintegraram, os comandantes do exército foram capturados ou fugiram, o Congresso fabricado pelos Estados Unidos se dissolveu, e as instituições tradicionais perderam sua total capacidade de exercer qualquer influência sobre a população.

A partir desse acontecimento, a ilha mudou drasticamente e tais mudanças foram essenciais para que sejam compreendidos os aspectos que fizeram parte da análise aqui presente assim como as tipificações de alteração que as medidas pós-revolução trouxeram para Cuba. Após a vitória revolucionária, foi formado um governo provisório que tinha Manuel Urrutia como líder em conjunto com alguns poucos intelectuais burgueses que defendiam reformas democráticas. Pomar (2016) ressalta que Fidel Castro manteve o comando do Exército Rebelde, para garantir que as medidas de transição, tanto em aliança com a burguesia nacional, como as medidas de restrições as importações e proteção à indústria (voltadas para demandas populares, como a reforma agrária), fossem concretizadas. Uma das mais importantes ações resultantes da revolução ocorre em maio de 1959, o decreto da Lei da Reforma Agrária. Tal lei marcou uma mudança em direção à radicalização democrática, eliminando a concentração de terras e redistribuindo ao povo. A redistribuição incluiu terras devolutas e propriedades dos latifundiários, totalizando 4.423 fazendas, das quais 1,78 milhão de hectares foram entregues aos camponeses, enquanto o restante se tornou propriedade estatal, beneficiando mais de um milhão de trabalhadores rurais.

Conforme Puentes (2003), Navarro (2010) e Civeira (2012), para concretizar a reforma agrária, foi instituído o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), através dele, o processo foi concluído em outubro de 1963, com a promulgação da segunda lei da Reforma Agrária, que eliminou os latifúndios. Além da reforma agrária, outras medidas foram implementadas no contexto da Revolução Cubana, como a redução de aluguéis e tarifas telefônicas, a abertura de praias antes privadas ao uso público, o confisco de bens improdutivos, e a nacionalização de empresas capitalistas, incluindo usinas de açúcar e bancos, que passaram ao controle estatal. As reformas urbanas incluíram a amortização do valor das casas, construção de novas moradias e a nacionalização e expansão da energia elétrica. Áreas como saúde e educação também foram priorizadas, com a criação de serviços públicos gratuitos, uma campanha de alfabetização massiva e a universalização dos cuidados de saúde.

O colonizador derrubado não havia perdido interesse na Ilha, em suas tentativas de fazer com que o novo modelo de governo caísse em desgraça ante os olhos do povo, realizavam diversas ações, sendo a mais significativa contra Cuba o

bloqueio econômico, financeiro, comercial e tecnológico, iniciado em 3 de fevereiro de 1962. Podemos recorrer a Borón (2009) quando este aponta que o intuito dos Estados Unidos era demonstrar que uma visão de desenvolvimento não capitalista era inviável e ineficiente.

Os males do bloqueio eram inevitáveis, estes afetaram profundamente as diversas esferas da vida da população cubana. Entre as primeiras ações de bloqueio econômico dos Estados Unidos, conforme destaca Navarro (2010), estiveram a suspensão da compra de açúcar, a redução de seu preço no mercado, a proibição de exportações de peças de reposição por empresas norte-americanas e todas as suas filiais, o corte no fornecimento de combustível e a proibição de exportação de medicamentos e alimentos. Diante da escassez resultante, foi necessário promulgar leis para racionar produtos essenciais e instituir a “libreta de abastecimento” (caderno de abastecimento em português), além de fixar subsídios para determinados produtos, conforme discutido por Puentes (2003), de forma que a situação veio a ser mitigada apenas através do comércio com a União Soviética e outros países socialistas.

Cuba não via alternativa a não ser buscar fortalecer as relações com a União Soviética, com os países socialistas da Europa e também com a República Popular da China, que havia realizado uma revolução em 1949. As relações estabelecidas com os novos aliados foram proveitosas, pois, através dela a ilha obteve convênios comerciais, financeiros e de cooperação que foram de suma importância para dar seguimento aos planos de desenvolvimento social e econômico. Puentes (2003) aponta que essa nova aliança garantiu que a ilha pudesse manter os preços dos produtos básicos em um patamar razoável, além de evitar uma relação de troca desigual advinda de um protecionismo pouco calcado na prosperidade do outro.

Entre os anos 1970 e o os anos 1980, houve um progresso significativo na criação de uma base técnico-material e cultural em Cuba, esta promoveu o desenvolvimento da produção, assim como a ampliação de serviços sociais buscando garantir a melhoria da qualidade de vida da população, destacando o acesso universal à saúde, educação, cultura e a participação da mulher na sociedade de forma concreta, conforme discutido por Puentes (2003). Para além disso, as Infraestruturas como obras hidráulicas, hidrologia, a indústria nos âmbitos da pesca, do transporte e da produção agrícola; além de estradas, escolas e serviços de saúde que foram

expandidos, houve também o crescimento na oferta de serviços hospitalares, na quantidade de médicos. Outro setor que também expandiu foi o de produção de alimentos e de bebidas alcoólicas.

Em meio a esse período, em 1975, um anteprojeto da nova Constituição cubana foi submetido à discussão pública, este agregava sugestões que foram incorporadas ao texto final, aprovado por referendo em 15 de fevereiro de 1976. Civeira (2014) destaca que as principais alterações incluíram novas definições para o aparato estatal e uma reestruturação dos órgãos de poder popular. A Carta da referida Constituição de Cuba de 1976 define, em seu Artigo 1, que ilha é um Estado socialista independente e soberano, organizado em uma República unitária e democrática com o intuito de promover a liberdade política, justiça social, bem-estar e solidariedade. Já em seu Artigo 3, a Carta afirma que a soberania reside no povo e que este exerce o poder diretamente ou por meio das Assembleias do Poder Popular e demais órgãos do Estado, de acordo com as disposições constitucionais e legais. Ficou claro que o Estado da ilha tinha em sua essência a atividade gestora dos trabalhadores na máquina estatal, logo, a participação da sociedade como um todo era essencial para que houvesse ali um bom funcionamento. O controle do poder veio diretamente do povo de forma direta ou indireta por meio das Assembleias populares e seus derivados.

Essas foram as linhas gerais para construção do processo de transição do Estado para o socialismo assim como a criação de órgãos onde o poder emana do povo, trazendo consigo uma nova divisão político-administrativa de maneira que não havia divisão tripla entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, contudo, como aponta Armengol (2008), era reconhecida ali a existência da pluralidade das diversas funções que cabem ao Estado.

A organização do poder popular foi o que, segundo Fernandes (1979), despertou um processo amplo de estatização, fortalecendo ainda mais o caráter socialista da experiência cubana. Podemos recorrer a Constituição de Cuba (1976) para compreender a materialização da necessidade do povo posta no artigo 16 que afirma que o Estado cubano planeja e controla a economia nacional e assim o faz com o intuito de promover e desenvolver o país, fortalecendo o sistema socialista e atendendo conseqüentemente às necessidades materiais e culturais da população

cubana, assegurando sempre dignidade e segurança. No artigo seguinte temos que o Estado administra diretamente os bens de propriedade socialista pertencentes ao povo, além de poder criar empresas e entidades para atender as necessidades mencionadas anteriormente.

É válido salientar que, segundo as resoluções do I Congresso do Partido Comunista de Cuba de 1975, publicadas através dos escritos do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba (1976), as empresas socialistas devem possuir personalidade jurídica própria e atuar como o elo primário do sistema de cálculo econômico, respeitando sempre os princípios estabelecidos. Era esperado que nesse modelo as empresas cobrissem suas despesas com suas receitas e gerem uma margem de lucro. Entretanto, era admitida a possibilidade de que determinados centros de produção, devido à natureza de sua produção, importância estratégica, condições específicas de operações ou razões de política econômica global, sejam mantidos por meio de subsídios planejados, mesmo que estes sejam deficitários ou não custeáveis financeiramente.

No congresso ainda foram definidas as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Econômico para os anos de 1976 a 1980, onde foi planejado um aumento de 90% a 100% na produção de metais ferrosos, 35% de energia elétrica, 35% de açúcar, 50% de hortaliças e de 75% de leite, além da construção de fábricas de maquinário agrícola, têxteis e a liberação de mais de um milhão de hectares para cultivo, como aponta Pericás (2022) em seu estudo. O setor industrial teria um investimento de 35%, 15% a mais do que o período de 1971 e 1975, onde esse aumento teve como intuito garantir a reconstrução da indústria leve e alimentícia.

Como visto em García Nossa (1945), os sistemas econômicos coexistem geograficamente, sendo assim, Cuba não seria uma exceção, pois, na prática, o país funcionava atuando dentro de dois sistemas distintos ao negociar com o bloco socialista e com as nações capitalistas. Tal posição fragilizava a ilha devido as possíveis flutuações dos preços internacionais dos seus produtos exportados. Como, por exemplo, o açúcar que entre 1970 e 1983 sofreu oscilações significativas. De acordo com Valdés (1983), o preço do produto por libra subiu de 3,6 centavos em 1970 para 64 centavos em 1974, para então sofrer uma queda para 6 centavos em

1978, se recuperando apenas em 1980 ao atingir o preço de 42 centavos por libra. Posteriormente o valor voltou a recuar atingindo os seis centavos por libra em 1983.

De toda forma, o período de 1970 a 1980 apresentou um crescimento econômico constante. Como demonstra a Comissão Econômica para a América-Latina e o Caribe (CEPAL) através do relatório do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (Ilpes) de 1988, as importações superavam em 25% as exportações no ano de 1970, e, ao final dos anos 1980 a balança continuou positiva com uma diferença de 13%. O grau de superávit pode ser atribuído a utilização racional das matérias-primas importadas e a economia garantida pela reposição de peças no setor agropecuário e de transporte, o conjunto das duas ações resultou em um montante de 52 milhões de dólares economizados apenas em 1983. O relatório também aponta uma redução na casa dos 6% na importação de alimentos e bebidas entre 1970 e 1982, saindo de 20,2% para 14,2%.

O foco do país em saúde tornou possível, como aponta Cole (1998), que a ilha produzisse ao final de 1980 mais de 200 produtos biomédicos, centenas de remédios e vacinas para as mais diferentes finalidades, equipamentos hospitalares, e, além disso, Cuba oferecia serviços de profissionais da medicina para outros países.

Em suma, como aponta Cole (1998), entre o período compreendido por 1970 e 1984, a produção no setor agrícola aumentou 27% e a industrial 80%. Esse processo mostra como a economia socialista pode alcançar índices de industrialização que impressionam ao levar em consideração o ponto de partida.

É evidenciado então que o modelo cubano se baseia, assim como definido pelo Banco Mundial em seu relatório de 1983, numa economia planificada de cunho socialista, tanto no que se refere a condução das políticas econômicas assim como as políticas sociais. Ainda é importante ressaltar que a maiorias de suas empresas eram estatais, ou seja, pertenciam ao Estado, que, de acordo com a Constituição de Cuba de 1976, pertenciam ao povo.

4. ANÁLISE E RESULTADOS: UMA COMPARAÇÃO DOS PARÂMETROS RELACIONADOS A SAÚDE E EDUCAÇÃO ENTRE BRASIL E CUBA EM 1960 E 1980

Após a análise histórica do desenvolvimento econômico e social do Brasil e de Cuba, este capítulo se propõe a analisar comparativamente os indicadores referentes a aspectos relacionados a saúde e educação em 1960 e 1980. O recorte temporal é de grande relevância, pois representa um momento histórico marcante para ambos os países. No Brasil, os anos 1960 marcam o início da ditadura militar e da intensificação do modelo de industrialização por substituição de importações, com forte investimento em infraestrutura e crescimento econômico, para além disso, o momento também é marcado por um aumento da concentração de renda e desigualdade social. Cuba, após a revolução de 1959, vivenciou mudanças que trouxeram profundas transformações sociais e econômicas, como a implementação de um sistema socialista que priorizou a universalização da saúde e educação. O capítulo se estrutura em torno da análise de indicadores específicos, buscando identificar similaridades e diferenças entre os dois países e discutir as possíveis causas de quaisquer disparidades observadas na análise.

A título de comparação, Morris (1978), ao propor o Índice de Qualidade de Vida Física, avaliou três indicadores principais que iriam compor e trazer validação ao seu índice, sendo eles a i) expectativa de vida, justificada pelo autor pois esta reflete a combinação de nutrição, saúde pública e ambiente social, a ii) taxa de alfabetização, pois representa o controle das pessoas sobre seu ambiente e sua capacidade de participar do desenvolvimento, e a iii) taxa de mortalidade infantil, fator sensível a pobreza extrema e condições ambientais. O autor argumenta que seu Índice reflete melhor o impacto combinado de nutrição, saúde, renda e ambiente, sendo uma alternativa aos indicadores tradicionais como o Produto Nacional Bruto (PNB) que não reflete de forma adequada a distribuição de benefícios sociais, ou seja, não há a real captação das condições de vida das populações.

É possível também calcar a utilização dos índices com base na pesquisa de Masciadri (2019), que aponta que a qualidade de vida passou a ser entendida conceitualmente nos anos 1960 devido as mudanças dentro do processo saúde-doença e aos avanços sociais, tais transformações incluíram melhorias na assistência

médica e nutrição, melhorias essas que são diretamente impactadas pelo consumo diário calórico e o acesso a profissionais da área da saúde.

Andrews e Withey (1976) ressaltam que os indicadores são essenciais para que seja possível compreender a percepção de bem-estar e qualidade de vida. Para os autores, tais fatores podem ser mensurados também através da quantidade de matrículas em instituições educacionais e alfabetização adulta.

Mas não só isso, pois os índices em si podem ser nos levar a uma análise limitadora, por esse motivo, foi necessário compreender as realidades dos países para que fosse possível realizar uma comparação calcada numa leitura socioeconômica qualitativa dos dados. Sendo assim, o presente documento procurou verificar, de forma mais direta e a partir dos dados disponibilizados pelo Banco Mundial (1983), indicadores similares aos propostos por Morris (1978), entretanto, diferindo em sua mensura.

Foram utilizados apenas os dados relativos aos anos de 1960 e 1980 (ou 1981 de acordo com a disponibilidade do próprio relatório do Banco Mundial), pois, para o Banco Mundial, o padrão disposto dos dados foi formatado para que estes fossem utilizados como instrumentos de decisão, de forma que pudessem ser comparáveis internacionalmente, principalmente quando o intuito é oferecer uma análise entre economias. O relatório aponta que todo esforço foi feito para padronizar conceitos, definições, abrangência, cronograma e avaliação dos dados básicos, assegurando assim o melhor grau de comparabilidade possível.

Na Tabela 4.1 – Indicadores relacionados a expectativa de vida, ao verificarmos os dados referentes ao Brasil, é importante salientar que, desde sua origem até os anos 1980, a atenção à saúde nas terras brasileiras era predominantemente direcionada àqueles com algum tipo de vantagem. No Brasil colonial, segundo Prado Júnior (1994) a falta de médicos levou à adoção de práticas indígenas e africanas para tratar doenças e desafios de saúde locais, de forma limitada e sem estrutura. Furtado (2005) nos traz ainda que, as doenças como malária, varíola e outras doenças epidêmicas e endêmicas eram comuns devido a ausência de saneamento básico.

Durante o Império, de acordo com Martins (2010), ocorreram iniciativas pontuais nas grandes cidades, como criação de hospitais provinciais, contudo, tais

ações foram insuficientes para atender às necessidades da população crescente, os esforços do império eram focados nas elites urbanas. Furtado (2005) ressalta que foi apenas no início do século XX que houve um fortalecimento da saúde pública devido a campanhas como a Oswaldo Cruz, que focava no combate a epidemias urbanas.

Entre os anos de 1923 a 1988, a atenção à saúde era direcionada apenas aos beneficiados pela Previdência Social, tal modelo foi regulamentado através da Lei Eloy Chaves de 1923 que criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), que mudaria de nome ao longo dos anos, mas manteria quase sempre as mesmas diretrizes, que no modelo já seria um fator já excludente por si só. A intervenção do Estado na saúde pública ganhou relevância por meio da criação do Ministério da Saúde, em 1953, este anteriormente fazia parte do Ministério de Educação e Saúde. Como obteve maior autonomia, foi possível organizar melhor os serviços de acordo com especificidades e finalidades diferentes. Mansur (2001) aponta que o Ministério assumiu a responsabilidade pela formulação de políticas nacionais na saúde, alimentação e nutrição.

Nos anos 1970, devido as crescentes pressões por reformas na política de saúde, foi instituído em 1974 o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), cujo objetivo era o de fomentar e investir na expansão do setor hospitalar. Entretanto, como aponta Baptista (2007), quase 80% dos recursos foi destinado ao setor privado, e apenas 20% para o setor público.

Em consonância com o foi analisado até aqui, o Brasil no que se refere aos quesitos de saúde, apresentou leve melhora quando comparado ao ano base de 1960 com o ano de 1981. No que diz respeito ao índice de expectativa de vida, houve um aumento de pouco mais de 16% em relação ao ano base, ou seja, ao longo de 21 anos, o ganho de expectativa de vida foi de 9 anos.

Ao se tratar de mortalidade infantil de crianças entre 0 e 1 ano de idade, houve uma redução de aproximadamente 36%, com a quantidade absoluta caindo de 118 por mil habitantes para 75. Ao verificar a mortalidade entre crianças de 1 a 5 anos, o impacto foi maior pois houve uma redução de 63% na quantidade de mortes.

4.1 – Indicadores Relacionados a Expectativa de Vida

Indicadores relacionados a expectativa de vida em 1960 e 1981 por mil habitantes						
País	Expectativa de vida ao nascer		Mortalidade infantil entre 0 - 1 ano de idade		Mortalidade infantil entre 1 - 4 anos de idade	
	1960	1981	1960	1981	1960	1981
Brasil	55	64	118	75	19	7
Cuba	63	73	66	19	5	1

Fonte: World Bank: Tabela elaborada pelo autor com base nos dados do “World Development Report” de 1983 em complemento com os dados em “The State of the World Children” de 1984.

Antes de se debruçar sobre os dados relacionados à Cuba, é necessário expor que, no período colonial espanhol, a ilha teve iniciativas pontuais e desorganizadas para lidar com epidemias e questões de higiene. Como aponta Calzadilla-González et al. (2019), foi criado em 1634 a instituição chamada Tribunal Real do Protomedicato (protomedicina em português), que tinha como intuito regular as práticas farmacêuticas. O autor ainda ressalta que apenas em 1804 houve um movimento em prol da saúde, quando foi introduzida na ilha a vacina contra varíola. Anos depois, por volta de 1807, foram criadas as Juntas de Sanidad (Juntas de saúde em português), que tinham o intuito de controlar epidemias como cólera, febre amarela e inspecionar portos e mercados.

No estudo de Calzadilla-González et al. (2019), temos que, após a independência de Cuba, o país herdou o sistema precário deixado pelos espanhóis. Foram implementadas medidas de saneamento sob orientação dos Estados Unidos para que fosse eliminada da ilha a febre amarela, além de buscar uma melhora nas condições de higiene nas áreas urbanas. Mas muito similar ao Brasil, as condições de atenção médica eram inacessíveis para grande parte da população rural e pauperizada. Uma melhora significativa ocorre, como trazem Álvarez e Cruz (2007) somente no pós-revolução, onde a saúde se tornou uma das maiores preocupações de forma que houveram avanços significativos, dentre eles, a criação do Ministério da Saúde Pública em 1961 e o Sistema Nacional de Saúde no ano de 1969.

Calzadilla-González et al. (2019), demonstra que em 1970 foi consolidada a estratégia de atenção à saúde primária através da implementação do modelo de médicos e enfermeiros familiar, onde os profissionais designados eram responsáveis

por atender comunidades específicas através de um acompanhamento contínuo por meio de visitas constantes, campanhas de prevenção e o fortalecimento do sistema de saúde em consonância com o usuário.

Ficou evidente através da tabela 4.1 – Indicadores Relacionados a Expectativa de Vida, que após a revolução, as mudanças e escolhas político-sociais tiveram grande impacto na ilha. No que diz respeito a expectativa de vida ao nascer, o resultado foi similar ao do Brasil, onde houve um aumento em torno de 15%, o que se traduz em 10 anos a mais de expectativa de vida em 21 anos.

Ao verificar a mortalidade infantil entre crianças de 0 a 1 ano, a redução na taxa de mortalidade foi de 70%, o número caiu de 66 por mil habitantes para 19, e, ao verificar os dados referentes as crianças de 1 a 4 anos, a redução é ainda maior, atingindo uma diminuição na casa dos 80%.

Na tabela 4.2 – Indicadores Relacionados a Saúde, ao verificarmos fatores mais específicos, como população por unidade de profissional da medicina, temos que no Brasil dos anos 1960, havia 1 profissional da medicina para cada 2.670 habitantes, ao fim do ano 1980, houve uma ampliação no quadro de médicos de forma que a proporção agora era de 1.700 habitantes para 1 profissional da medicina, representando uma melhora de 36% nesse aspecto. No que tange a quantidade de profissionais da enfermagem, a melhora vislumbrada é ainda maior, com um fortalecimento na casa dos 70%, ou seja, a quantidade saiu de 2.810 em 1960 para 820 habitantes por profissional da enfermagem nos anos 1980.

Outro aspecto verificado foi a oferta calórica diária por pessoa, nesse caso, o Brasil apresentou um consumo total de calorias diárias de 2.447, 9% a mais do que requerido dadas as condições definidas pelo Banco Mundial em seu relatório.

Tabela 4.2 – Indicadores Relacionados a Saúde

Indicadores relacionados a Saúde nos anos de 1960 e 1980						
País	População por Profissional da Medicina		População por Profissional da Enfermagem		Oferta calórica diária por pessoa	
					Total de calorias	Porcentagem requerida
	1960	1980	1960	1980	1980	1980
Brasil	2.670	1.700	2.810	820	2.447	109
Cuba	1.060	700	950	360	2.723	122

Fonte: World Bank: Tabela elaborada pelo autor com base nos dados do “World Development Report” de 1983.

Cuba apresentou melhoras levemente inferiores ao Brasil nesse aspecto, no que tange a população por unidade de profissional da medicina, houve uma melhora na casa dos 33%, já no aspecto de profissional da Enfermagem a ilha teve uma melhora na casa dos 62%. No entanto, o país se destaca ao analisar a oferta calórica, pois possuía em sua oferta diária a quantidade 2.723 calorias, 22% a mais em relação ao percentual requerido.

Como aponta Sposati (1990) a população Brasileira conheceu o direito à educação apenas na metade do século XX através da constituição de 1946 depois de muita pressão por parte dos educadores e intelectuais. Nos primórdios do Brasil colonial, a educação foi influenciada pela Igreja Católica, especialmente através da Companhia de Jesus. As escolas jesuítas tinham como objetivo a formação religiosa e cultural das proles da elite e a imposição religiosa por meio da catequese indígena. O processo educacional considerado de qualidade estava restrito apenas à classe dominante, os demais eram excluídos do processo educacional. Como observado por Calógeras (2009), o sistema educacional daquele período foi idealizado para que a ordem social vigente fosse mantida, preservando o domínio cultural europeu sobre os grupos marginalizados.

Por meio da independência, em 1822, foram iniciados os esforços para organizar a educação no Brasil. Já em 1824, a constituição em seu artigo 179, mencionava a instrução pública primária como gratuita a todos os cidadãos, e, a Lei de 15 de Outubro de 1827 criou as primeiras escolas de letras. Contudo, Furtado

(2005) analisa que tais iniciativas foram insuficientes para atender às necessidades do Brasil tendo em vista suas dimensões e desigualdades regionais e sociais. A ausência de políticas de alfabetização em massa revelava o descaso do governo em relação à educação pública.

O panorama educacional mudou apenas após a Proclamação da República, em 1889, onde houveram mudanças, porém a passos lentos. Uma virada ocorre a partir do momento em que a industrialização e urbanização trouxeram uma valorização da educação nos âmbitos técnicos e profissionalizantes. Ainda assim, como aponta Prado Júnior (1994), a desigualdade social e regional continuou a ser um fator limitante tanto ao ensino básico quanto ao superior para a grande maioria da população e especialmente nas que habitavam áreas rurais.

Nos anos 1970, a educação foi marcada pela influência do regime militar, que moldou políticas educacionais voltadas para ampliação do ensino técnico e profissional. A priorização foi concretizada através da Lei nº 5.692 de 1971 que reformulava o ensino de primeiro e segundo grau. Severino (1986) aponta que a intenção da política era garantir mão-de-obra qualificada e barata, ajustadas ali as necessidades do modelo de economia vigente.

A partir daí, temos os Indicadores relacionados a educação, tendo como ano base 1960 e ano fim 1980. O Brasil apresentou no ano base uma taxa de matriculados de 11%, ao longo dos 20 anos seguintes, a taxa aumentou para 32%, demonstrando um crescimento de 21%. No que diz respeito a porcentagem de matriculados no ensino superior com idade entre 20 e 24 anos, a taxa saiu de 2% para 12%. Um crescimento considerado de elevada grandeza ante o histórico do país desde seus primórdios.

A taxa de alfabetização entre os adultos melhorou entre os anos verificados de forma houve um crescimento de 15%, porém, 24% da população adulta era analfabeta.

Tabela 4.3 – Indicadores Relacionados a Educação

Indicadores relacionados a Educação nos anos de 1960 e 1980 ⁹						
País	Porcentagem de matriculados no ensino secundário		Porcentagem de matriculados no ensino superior entre 20 -24 anos		Taxa de alfabetização entre adultos	
	1960	1980	1960	1979	1960	1980
Brasil	11	32	2	12	61	76
Cuba	14	71	3	20	..	95

Fonte: World Bank: Tabela elaborada pelo autor com base nos dados do “World Development Report” de 1983.

Aqui é importante ressaltar que os dados referentes ao ano de 1960 da Taxa de alfabetização entre adultos de Cuba da tabela 4.3 – Indicadores Relacionados a Educação, não está disponível no relatório do Banco Mundial, entretanto, podemos recorrer a Pereira (1989), onde é apontado que no início no ano de 1961, Cuba tinha 979.207 analfabetos dentro de uma população de 6.933.253 de pessoas, sendo que destes, 707.000 estavam com plenas habilidades de leitura e escrita até dezembro daquele mesmo ano, ou seja, à época, apenas 272.207 não sabiam ler e escrever. É importante salientar que nessa quantidade restante de pessoas estão fora do cálculo os que se recusaram a se alfabetizar, os que se alfabetizaram no ano seguinte e os que não puderam ser alfabetizados por questões de saúde, idade ou por questões de idioma visto que Cuba era o lar de 25.000 haitianos. O dado a ser apontado como importante é o índice de analfabetismo de 3,9% em 1961, comparável apenas há alguns poucos países que também alcançaram esse feito, como União Soviética, Tchecoslováquia, Suíça, França, Inglaterra e Japão.

Esse índice baixo só foi possível devido a uma das primeiras ações do exército rebelde após a conquista do poder em 1959, a criação da Comissão Nacional de Alfabetização que, conjuntamente com a convocação de voluntários para remediar a falta de professores na região do campo cubano e através de um esforço conjunto e um forte trabalho de convencimento, a campanha de alfabetização foi organizada em quatro seções de atuação de nível nacional até o municipal, como aponta Peroni (2006). As seções são i) técnica; ii) propaganda; iii) finanças e iv) publicações. Sendo

⁹ Os dados em “Porcentagem de matriculados no ensino superior entre 20 -24 anos” se referem a 1960 e 1979 como disposto no Relatório do Banco Mundial de 1983.

a seção técnica responsável pela didática e os desafios dado a dimensão da campanha, que buscou analisar dados e elaborar os materiais que seriam utilizados durante todo o processo de realização da campanha proposta pelo governo a partir de uma ação que envolveu em torno de 3000 pessoas, as quais foram enviadas as regiões mais afetadas pelos baixos índices de letramento para que a linguagem dos analfabetos fosse conhecida juntamente com sua realidade econômica, percepção e concepção de mundo de forma que o método mais apropriado para alfabetização daqueles fosse concretizado e aplicado juntamente com a conscientização a respeito dos problemas que existiam naquele contexto específico. A partir daí, foram feitas as publicações de exemplares da cartilha “¡Venceremos!” (Cuba, 1961b) juntamente com o manual do professor intitulado o “Alfabetemos: manual para el alfabetizador” (Cuba, 1961^a), esses materiais foram tidos como essenciais para uma práxis revolucionária.

Para sintetizar, é importante que seja aqui destacado que foi publicado em 1964 um “Informe sobre os Métodos utilizados em Cuba para eliminar o Analfabetismo”, tal informe foi realizado pela Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), onde ficou claro o motivo do sucesso da iniciativa cubana. O fator crucial relatado pela UNESCO foi o relacionamento de um ser humano com outros seres humanos que é estabelecido somente quando há relações intelectuais, sentimentais e psicológicas. Outro ponto essencial para o resultado exitoso da Campanha de Alfabetização Cubana foi, segundo Huteou e Lautrey (1976), a relação entre a quantidade de analfabetos versus alfabetizadores, onde o slogan “se não sabes, aprende; se sabes, ensina!” explicita a importância da coletividade na eficácia do programa no que tange a recuperação da dignidade de um povo, foi a partir da importância do coletivo que o processo pode se materializar.

Portanto, para fins comparativos, será utilizado nesta análise o percentual de alfabetizados apontados no início dos anos 1961, ou seja, 85% da população Cubana.

Logo, teremos:

Tabela 4.3.1 – Indicadores Relacionados a Educação (Com complemento)

Indicadores relacionados a Educação nos anos de 1960 e 1980*						
País	Porcentagem de matriculados no ensino secundário		Porcentagem de matriculados no ensino superior entre 20 -24 anos		Taxa de alfabetização entre adultos	
	1960	1980	1960	1979	1960	1980
Brasil	11	32	2	12	61	76
Cuba	14	71	3	20	85	95

Fonte: World Bank: Tabela elaborada pelo autor com base nos dados do "World Development Report" de 1983 em complemento com PEREIRA, Manuel. Rebeldes sem armas: alfabetizadores cubanos em ação de 1989.

Sendo assim, podemos verificar que a porcentagem de matriculados em Cuba no ensino secundário teve um aumento de 57%, saindo de 14% em 1960, no pós-revolução, para 71% em 1980. No que diz respeito a aos matriculados no ensino superior que possuem idade entre 20 a 24 anos, houve um aumento de 17%, de forma que em 1960 haviam 3% nessa faixa etária matriculados, e, em 1979, esse valor foi para 20%.

No que diz respeito a taxa de alfabetização entre adultos, Cuba já havia uma alta taxa no final do ano base de 1961 por conta das políticas adotadas durante o pós-revolução, mas ao considerar esses dados apenas, observamos um aumento de 10% na taxa de alfabetizados rumando à alfabetização plena. Ao considerar a taxa de alfabetização do início do ano de 1961, demonstrada por Pereira (1989), de 3,9%, o avanço na taxa de alfabetização seria na casa dos 91%.

A partir dos critérios analisados, Cuba apresentou melhor evolução em sete dos nove índices que deram corpo a esta comparação. Dentre os índices relacionados a expectativa de vida, a ilha apresentou um ganho superior ao do Brasil em anos vividos, houve também uma redução da taxa da mortalidade infantil de 71% entre crianças de 0 a 1 ano e de 80% entre crianças de 1 a 4 anos, enquanto o Brasil apresentou nesses mesmos quesitos uma redução de 36% e 63% respectivamente.

Ao verificar os fatores que demonstram os dados referentes aos indicadores relacionados a saúde em 1960 e 1980, observamos que o Brasil apresentou um

aumento na porcentagem de ganhos de profissionais da medicina e profissional da enfermagem, pois no ano base o país dispunha de 1 profissional da medicina para 2.670 habitantes, já no ano de 1980, houve um aumento na grandeza dos 36%, de forma que havia 1 profissional da medicina para 1.700 habitantes. Cuba já dispunha de um número elevado de profissionais da medicina na ilha no ano de 1960, sendo 1 profissional para 1.060 pessoas, quando comparado ao ano de 1980, houve uma melhora nesse quesito na faixa dos 33%, ou seja, 1 profissional para 700 habitantes. A situação foi similar no que diz respeito aos números referentes aos profissionais da enfermagem de forma que, no Brasil, houve uma melhora de 70%, pois, em 1960 eram 2.810 habitantes para 1 profissional e em 1980 a numeração era de 820 habitantes para 1 profissional. Cuba apresentou uma melhora também elevada, na casa dos 62%, sendo que em 1960 haviam 950 habitantes por profissional e ao fim de 1980 haviam 360 habitantes por profissional.

Sobre a oferta calórica diária por pessoa, os dados demonstraram que Cuba apresentou um total de média de calorias diárias de 2.723, enquanto o Brasil apresentou 2.447. A oferta calórica de Cuba superou a do Brasil, pois houve ali uma diferença na quantidade calórica absoluta e na porcentagem requerida, tendo em vista que o Brasil apresentou 9% a mais das calorias requeridas, enquanto a ilha apresentou 22% a mais, uma diferença de 13%.

No que se refere aos fatores relacionados à educação, a ilha socialista superou o Brasil em todos os aspectos. Enquanto o Brasil apresentou um crescimento de 21% quando comparado o ano de 1960 e 1980, Cuba apresentou uma evolução que refletiu um aumento de 57% na taxa de matriculados no ensino secundário. Ao comparar os matriculados no ensino superior com idade entre 20 a 24 anos, o Brasil apresentou um crescimento 10% enquanto Cuba saiu de 3% da população com essa faixa etária para 20%, ou seja, um aumento de 17% na quantidade de pessoas matriculadas no ensino superior. No que diz respeito a taxa de alfabetização entre adultos, podemos considerar que Cuba superou o Brasil pois, em 1961 o país já havia implementado um plano bem sucedido no que diz respeito a alfabetização de seu povo. Como visto em Pereira (1989), a taxa de alfabetizados no início do ano de 1961 em Cuba era de 3,9%, ao final daquele mesmo ano, a taxa chegou a 85%. Ao compararmos com 1980, fica evidente a eficácia e eficiência das políticas adotadas, pois esta garantiu que 95% da

população estivesse alfabetizada. Por outro lado, o Brasil apresentou um crescimento na taxa de alfabetização de 15%.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto, o trabalho explorou as diferenças entre os sistemas econômicos e qualidade de vida atrelada a eles no Brasil e em Cuba nos anos de 1960 e 1980, com ênfase nos indicadores relacionados a expectativa de vida, saúde e educação. Em decorrência da relevância da análise, justificou-se verificar comparativamente como distintos sistemas econômicos impactam a qualidade de vida das populações através da metodologia qualitativa com dados secundários fornecidos majoritariamente pelo Banco Mundial em seu relatório publicado no ano de 1983.

O objetivo geral foi investigar como os sistemas econômicos influenciaram a qualidade de vida nos dois países. Tal objetivo foi alcançado ao verificar que o modelo socialista cubano priorizou saúde e educação universal, enquanto o capitalismo brasileiro enfrentou desafios relacionados a desigualdade ao mesmo tempo que buscava se industrializar.

Ficou evidente que Cuba, apesar de recursos econômicos limitados, garantiu indicadores superiores em 7 dos 9 aspectos comparados devido as estratégias adotadas para garantir educação e saúde universal. O Brasil apresentou crescimento nos aspectos comparados, contudo, as desigualdades e as escolhas socioeconômicas limitaram os avanços em qualidade de vida. Dessa forma, temos que diferentes sistemas econômicos impactam diretamente a qualidade de vida, pois o ritmo e qualidade dos avanços dos países são desiguais e desproporcionais.

Todavia, deve-se considerar que um dos dados utilizados na comparação entre Brasil e Cuba não estava contemplado dentro do relatório do Banco Mundial, dessa forma, foi necessário recorrer a uma análise realizada por Pereira no ano de 1989, onde o dado faltante referente a porcentagem de adultos alfabetizados em Cuba no ano de 1961 foi extraído. Entretanto, é necessário considerar que este único dado não alterou rigorosamente o resultado da comparação.

Para futuras pesquisas, é sugerida a expansão da análise comparativa de forma que mais países sejam abrangidos para que mais fatores possam corroborar ou não com o resultado deste estudo. Também é recomendado o aumento do recorte

temporal de forma que sejam analisadas a persistência ou mudança nas disparidades encontradas entre os países analisados.

O presente trabalho reforça a importância do direcionamento do sistema econômico para que uma melhor qualidade de vida seja alcançada. Se espera que a partir dele novas investigações sejam realizadas e estas possam auxiliar no desenvolvimento de melhores estratégias garantidoras de um real desenvolvimento para a população em geral.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ García, Anícia e CRUZ Anaya Betsy. Política social en Cuba, nuevo enfoque y programas reciente. Editorial Ciencias Sociales. Cuba Siglo XXI, LXXVI, mayo, 2007.

ANDREWS, Frank M.; WITHEY, Stephen B. Social Indicators of Well-Being: Americans' Perceptions of Life Quality. New York: Plenum Press, 1976.

ARMENGOL, Carlos Manuel Villabella. De Guaimaro a la Habana: historiografía de la organización del poder en el constitucionalismo cubano. Revista Cubana de Derecho, La Habana, Cuba, IV Epoca, n. 32, p. 5-31, jul./dic. de 2008

BAMBIRRA, Vânia. Que Socialismo Almejamos? Arquivo Vania Bambirra. Datilog. Belo Horizonte, 3 de julho de 1983. Disponível em: https://www.ufrgs.br/vaniabambirra/pdt_05/ acesso em 24 de jul 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Série Histórica do Balanço de Pagamentos. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/infecon/seriehist.asp?frame=1>. Acesso em: 18 nov. 2024.

BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. História das Políticas de Saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde (capítulo 1 do livro: Políticas de saúde: a organização e a operacionalização do SUS). FIOCRUZ e Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2007. Organizadores: Gustavo Corrêa Matta e Ana Lúcia de Moura Pontes.

BASTOS, Carlos Pinkusfeld; COSTA, Pedro de Vasconcellos. "O Período JK e o Plano de Metas". In.: ARAÚJO, Victor Leonardo; MATTOS, Fernando (Orgs.). A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma – novas interpretações. São Paulo: Hucitec, 2021. pp.183-220.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil de 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM..-15-10-1827.htm. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas no Império. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923. Cria as Caixas de Aposentadoria e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias. Diário Oficial da União, Brasília, 24 jan. 1923. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4682-24-janeiro-1923-538815-publicacaooriginal-90368-pl.html>. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A construção política do Brasil: Sociedade, economia e Estado desde a Independência. São Paulo: Editora 34, 2014

CALÓGERAS, João Pandiá. Formação histórica do Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. 408 p. (Edições do Senado Federal; v. 118).

CALZADILLA-GONZÁLEZ, Adiuska; CALZADILLA-ANIDO, Isabel María; CALZADILLA-GONZÁLEZ, Aliuska. Cuban Public Health History: The 19th Century Board of Health in the City of Holguín. MEDICC Review, v. 21, n. 2–3, p. 69–74, 2019.

CARVALHO, Luiz Carlos P. Microeconomia introdutória: para cursos de administração e contabilidade. 2ª Ed São Paulo: Atlas, 2000.

CASTRO, Antonio B. e LESSA, Carlos Francisco Introdução à Economia: uma abordagem estruturalista 21a Ed Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980.

CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Pires de. A Economia Brasileira em Marcha Forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CHOMSKY, Aviva. A History of the Cuban Revolution. 2. ed. Chichester: John Wiley & Sons, Inc., 2015.

CIVEIRA, Francisca López; MENCÍA, Mario; TABÍO, Pedro Álvarez. Historia de Cuba (1899-1958): Estado nacional, dependencia y revolución. Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.

COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. Tesis y resoluciones del I Congreso del PCC. Havana: Departamento de Orientación Revolucionaria del Comité Central del Partido Comunista de Cuba, 1976.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). El Sistema de Dirección y Planificación de la Economía Cubana. Santiago do Chile: Ilpes (Coleção Cuadernos del Ilpes), 1988.

COLE, Ken. Cuba: from revolution to development. Londres: Pinter, 1998.

CUBA. Ministerio de la Educación. Alfabeticemos - manual para el Alfabetizador. La Habana: Imprenta Nacional, 1961a.

CUBA. Ministerio de la Educación. ¡Venceremos! La Habana: Imprenta Nacional, 1961b.

_____. Constitución de la República de Cuba. La Habana, Cuba: Ministerio de Justicia, 1976.

DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

ELTIS, David; RICHARDSON, David. Atlas of the transatlantic slave trade. New Haven; London: Yale University Press, 2010.

ENGELS, Friedrich. Do Socialismo utópico ao socialismo científico (1880). São Paulo: Editora Moraes, s/d, 1978.

FERNANDES, Florestan. Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana. 1. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GARCÍA NOSSA, A. Introducción al Estudio de los Sistemas Económicos. Revista de la Universidad Nacional (1944 - 1992), [S. l.], n. 4, p. 145–156, 1945. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/revistaun/article/view/13420>. Acesso em 23 nov. 2024.

GERSCHENKRON, Alexander. Economic Backwardness in Historical Perspective: A Book of Essays. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press, 1962.

GREGORY, Paul; STUART, Robert. Comparing Economic Systems in the Twenty-First Century. 7. ed. New York: Worth, 2004.

_____. História geral da economia. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 121-78. (Os Pensadores).

HERRERA, Rémy. De los ciclos de no especialización a la era del azúcar: elementos de historia de Cuba en un largo período (1895–1959) (Parte II). International Journal of Cuban Studies, v. 14, n. 1, p. 130-152, Summer 2022.

HOBBSBAWN, Eric et al. História do marxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HUTEAU, Michel; LAUTREY, Jacques. Cuba: revolução no ensino. Trad. de Manuela Leandro e Fernanda Campos. Coimbra: Centelha, 1976.

KRUGMAN, P. R.; WELLS, R. Economics. New York: Worth, 2015.

LORENZETO, A. , NEYS, K. Métodos e medios utilizados en Cuba para la supresión del analfabetismo: (Informe de la UNESCO). 2 ed. La Habana: Instituto del libro, 1964. 79p.

MANDEL, E. O Capitalismo. Publicado na *Encyclopedia Universalis*, primeira edição, 1981. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mandel/1981/mes/capitalismo.htm> acesso em 24 de jul 2023.

MANDEL, E. A Crise do Capital: os Fatos e sua Interpretação Marxista. Tradução: Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo: Ensaio, 1990.

MANSUR, Marília Coser. O Financiamento Federal da Saúde no Brasil: Tendências da década de 1990. 120f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2001.

MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. Acumulação Monopolista e Crises no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MARINI, Ruy Mauro. Duas notas sobre o socialismo. Lutas Sociais, n. 5, p. 107–123, 2004.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. 9ª Edição. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K. (1985). O capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural.v.1, Livro 1. (Os Economistas).

MARX, KARL; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MASCIADRI, A; SACCHI, M; COMAI, S; SALICE, F. Índices de bem-estar para avaliar a qualidade de vida: um suporte tecnológico. Nos Anais da 5ª Conferência Internacional da EAI sobre Objetos e Tecnologias Inteligentes para o Bem Social. 2019:213-218. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/3342428.3342694> acesso em 24 de nov 2023.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENDONÇA, Sônia Regina de. A industrialização brasileira. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORRIS, M. D. A physical quality of life index. Urban Ecology, v. 3, p. 225–240, 1978.

NAVARRO, José C. Cantón. Nasce uma Cuba nueva (1959-1975). In: NAVARRO, José C. Cantón; LEÓN, Arnaldo Silva. Historia de Cuba (1959-1999). 1. ed. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2010.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, Manuel. Rebeldes sem armas: alfabetizadores cubanos em ação. São Paulo: Ática, 1989.

PERONI, Vera Maria Vidal. A Campanha de Alfabetização em Cuba. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PETITFILS, Jean-Christian. Os socialismos utópicos. São Paulo: Círculo do Livro, Zahar Editores, 1977.

PIKETTY, T. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RODGERS, G. B. Income and inequality as determinants of mortality: an international cross-section analysis. *International Journal of Epidemiology*, v. 31, n. 3, p. 533–538, 2002. [Reproduzido de: *Population Studies*, v. 33, n. 3, p. 343–351, 1979].

RODRIK, Dani. The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy. Nova Iorque: W. W. Norton, 2012.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lécio. Brasil: Neoliberalismo versus Democracia. São Paulo: Boitempo, 2018.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra: a crise recente. *Revista de Economia Política*, v. 2, n. 3, p. 111–135, 1982.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Educação, ideologia e contra ideologia. 1ª ed. São Paulo: E.P.V., 1986.

SPOSATI, Aldaíza. A Assistência Social Brasileira: Descentralização e Municipalização. São Paulo: EDUC, 1990.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Cuba: economia e planificação (anos 1970 e 1980). *Reorient*, vol. 2, n. 1. p. 169-186, jan./jun. 2022.

POMAR, Wladimir. Cuba: revolução e reforma. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

PUENTES, Silvia Martínez. Cuba: más alla de los sueños. 1. ed. La Habana, Cuba: José Martí, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SPINDEL, Arnaldo. O que é socialismo? Coleção primeiros passos. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

SWEEZY, Paul et al. A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio sobre a Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

UNITED NATIONS. World Economic Survey 1986: Current Trends and Policies in the World Economy. New York: United Nations, Department of International Economic and Social Affairs, 1986.

VALDÉS, Nelson. Austeridad sin costo social: la deuda cubana. Nueva Sociedad, n. 68, set./out. 1983.

WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. Revisão técnica e edição de texto de Antônio Flávio Pierucci. 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WESTIN, Ricardo. Há 170 anos, Lei de Terras desprezou camponeses e oficializou apoio do Brasil aos latifúndios. Senado Federal, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras->

desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios. Acesso em: 15 out. 2024.

WORLD BANK. World Development Report, 1983. New York: Oxford University Press, 1983.